FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“O BRASIL E A LIDERANÇA REGIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA”.

Rio de Janeiro
2012.1

“O BRASIL E A LIDERANÇA REGIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA”

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais como requisito para obtenção de bacharel.
Área de Concentração: Segurança e Defesa

Rio de Janeiro

2012.1

“O BRASIL E A LIDERANÇA REGIONAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA”

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais como requisito para obtenção de bacharel.
Área de Concentração: Segurança e Defesa.

Rio de Janeiro

2012.1

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, amigos e a todos os trabalhadores da indústria bélica nacional, que diariamente se esforçam pela projeção e promoção do Brasil no Cenário Internacional.

RESUMO

A obra a seguir tem como objetivo a avaliação das possibilidades de assunção da liderança regional (por parte do Brasil) através da Cooperação em Segurança e Defesa. Também expõe as vantagens relacionadas ao Grupo de países abarcados (Argentina, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai) do ingresso em tal modelo cooperativo. O foco principal, portanto, é o do ganho de relevância no Cenário Internacional, inserindo a América do Sul (direta e indiretamente) no processo decisório Global.

Palavras Chave: Cooperação, Indústria Bélica, América do Sul, Sistema Internacional, Hegemonia.

ABSTRACT

The following study has as objective the assessment of the possibilities for assumption of regional leadership (by Brazil) through cooperation in security and defence. Also exposes the advantages to the Group of countries covered (Argentina, Brazil, Paraguay, Peru and Uruguay) of joining such a cooperative model. The main focus, therefore, is the gain of relevance on the international scenario, allowing South America (directly and indirectly) to participate in the Global decision-making process.

Keywords: Cooperation, Military Industry, South America, International System, Hegemony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O Míssil Condor 23
Figura 2 – Estaleiro Almirante Storni 24
Figura 3 – FAdeA 24
Figura 4 – Bomba Dardo II 25
Figura 5- MiG-29 da *Fueza Aérea del Perú* 27
Figura 6 – Mirage 2000 da *Fuerza Aérea del Perú* 28
Figura 7 – A Camuflagem Digital e o Fuzil FN-2000...29
Figura 8- O Carro de Combate T-55...29
Figura 9 –A Composição das Exportações Brasileiras 44
Figura 10 – O Índice de Desenvolvimento Tecnológico da ONU 48
Figura 11- Os Principais Países de Origem para o Registro de Patentes............49
Figura 12 – Chivunk e Gaúcho 59
Figura 13 – Agrale Marruá 61
Figura 14- Iveco Guarani...63
Figura 15 – NPa 200 “*Brendan Simbwaye*” e a Corveta Barroso 65

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEB Associação de Comércio Exterior do Brasil

AUC Autodefesas Unidas da Colômbia

BBC *British Broadcasting Corporation*

BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAC United States Army Combined Arms Center

CDS *Consejo de Defensa Suramericano*

CIGS Centro de Instrução de Guerra na Selva

CINAR *Complejo Industrial Naval Argentino*

CITEDEF *Centro de Investigaciones Científicas y Técnicas para la Defensa*

CKD *Completely Knock-Down*

CTEX Centro Tecnológico do Exército

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

DEA	*Drug Enforcement Administration*
EED	Empresa Estratégica de Defesa
ELN	Exército de Libertação Nacional
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
ENGESA	Engenheiros Especializados S.A
FAP	*Fuerza Aérea del Perú*
FAdeA	*Fabrica Argentina de Aviones*
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARC-EP	FARC – Exército do Povo
FBI	*Federal Bureau of Investigation*
INACE	Indústria Naval do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IISS	*International Institute for Strategic Studies*
ONU	Organização das Nações Unidas
MBT	*Main Battle Tank*
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

MINUSTAH	*Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*
NAe	Navio-Aeródromo
NPa	Navio de Patrulha
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PED	Produto Estratégico de Defesa
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
SGB	Satélite Geoestacionário Brasileiro
SIMA	*Servicios Industriales de la Marina*
SKD	*Semi-Knock Down*
TAM	*Tanque Argentino Mediano*
TAMSE	*Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado*
UNIFIL	*United Nations Interim Force in Lebanon*
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
VBL	Veículo Blindado Leve
VBTP	Veículo Blindado para Transporte de Pessoal
WIPO	*World Intellectual Property Organization*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ______ ***1***
1) UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS ESTADOS ______ ***12***
1.1) DAS RAZÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DO GRUPO DE ESTADOS ______ **12**
1.1.1) O CHAVISMO, BOLIVARIANISMO E AS “ZONAS DE INSTABILIDADE” ______ 12
1.1.2) O PLANO COLÔMBIA E O “AFASTAMENTO PRAGMÁTICO” CHILENO ______ 15
1.2) DAS VANTAGENS DO GRUPO DE ESTADOS ______ **22**
1.2.1) ARGENTINA ______ 22
1.2.1.1) DA CAPACIDADE INDUSTRIAL / TECNOLÓGICA ARGENTINA ______ 22
1.2.1.2) DAS VANTAGENS TERRITORIAIS ARGENTINAS ______ 25
1.2.2) PERU ______ 27
1.2.2.1) DA CAPACIDADE INDUSTRIAL / TECNOLÓGICA PERUANA ______ 27
1.2.2.2) DAS VANTAGENS TERRITORIAIS PERUANAS ______ 29
1.2.3) PARAGUAI E URUGUAI: OS “ESTADOS MENORES” ______ 31
2) A LIDERANÇA E O STATUS QUO: AMBIÇÕES X CAPACIDADES E POSSIBILIDADES ______ ***33***
2.1) CAPACIDADE BÉLICA / MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA ______ **36**
2.2) A CAPACIDADE ECONÔMICA ______ **42**
Figura 9 – A Composição das Exportações Brasileiras ______ ***44***
2.3) A CAPACIDADE TECNOLÓGICA ______ **47**
2.4) A INCAPACIDADE BRASILEIRA NO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA ATRAVÉS DE *HARD POWER* ______ **50**
3) A COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA ______ ***51***
3.1) A COOPERAÇÃO POLICIAL ______ **51**
3.2) A COOPERAÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA ______ **55**
3.3) Do Planejamento Conjunto e Cooperação Militar: ______ **63**
CONCLUSÃO ______ ***68***
Bibliografia ______ ***70***

INTRODUÇÃO

Atualmente, evidenciamos um momento no qual há o reconhecimento de uma reorganização do Cenário Internacional, com o notório avanço econômico e social dos países emergentes.

Com a tendência da elevação dos mesmos ao patamar de potências regionais, há, simultaneamente, a busca pela edificação de instrumentos de exercício de poder e influência, buscando solidificar seu status regional e abarcar países aliados, culminando com a formação alianças estratégicas.

Objetivando aumentar o poder de barganha no processo decisório global, há a necessidade do fortalecimento dos instrumentos de *High Politics*. Não há precedentes, na história global, do amplo exercício de poder sem o necessário investimento em setores estratégicos, como a indústria de defesa e as Forças Armadas.

É pouco razoável, porém, excluir qualquer outra forma de exercer a influência que não através da dominação militar, subjugando nações menos favorecidas em prol de um suposto *Lebensraum*[1]. Os princípios de autodeterminação, marco do modelo de relação interestatal pós-Westphalia[2], não podem ser violados por uma "aventura totalitária independente".

Por isso, é de vital importância a consolidação de uma área de influência que busque aproximar os países participantes através da criação de uma cooperação de benefícios mútuos. O próprio termo, em sua essência, pressupõe os princípios de cordialidade, assistência e fraternidade.

O panorama internacional apresenta um constante processo de reorganização pós Guerra Fria. A bipolarização mundial, conceito que restringia as ações independentistas no meio externo, sempre sujeitas à sanção por parte das superpotências hegemônicas, foi substituída por um cenário de maior permissividade a mudanças.

---

[1] Teoria do Espaço Vital, de Friedrich Ratzel. Prevê a necessidade de um espaço territorial necessário para o bom desenvolvimento de um determinado povo.
[2] Conceito referente à não-intervenção, inviolabilidade territorial e autonomia dos Estados.

Soma-se a isso o cenário de crise financeira global, que não permite aos países historicamente detentores do poderio bélico-econômico-estratégico o envolvimento em dispendiosos processos de “convencimento” ou “contenção de reformas” presentes nos demais. As intervenções militares, comuns anteriormente, perdem espaço em um mundo no qual há a crescente participação de países que são economicamente e politicamente relevantes.

A integração econômica mundial culminou, por exemplo, na interessante (e irônica) situação que presenciamos na economia Americana: o maior credor de sua dívida é a China, país historicamente distante em termos de política, economia e direitos individuais. Portanto, parece insensato qualquer ação americana que venha a causar danos diretos à China.

Essa capacidade, da negação de um processo que desencadeie um conflito, do respeito e não intervenção na Política Externa e do predomínio da vontade nacional em detrimento ao jugo das nações hegemônicas é o que deve ser alcançado por um país que se busca consolidar entre as nações que exercem o poder mundial.

Em resumo, a interdependência deve ser conduzida de maneira favorável ao País. Para a consolidação de um cenário favorável ao Brasil, a cooperação em Segurança e Defesa com países historicamente próximos, seja economicamente, militarmente ou socialmente, é um meio de alcançar uma maior independência no processo decisório global, bem como contribuirá para o estabelecimento de um processo que arrefecerá possíveis disputas entre os países alinhados, auxiliando na perpetuação da estabilidade regional.

Observando o *modus operandi* das grandes potências mundiais, podemos estabelecer um modelo que deve ser seguido para o aumento do exercício do poder regional: A consolidação econômica, a capacidade bélica e o exercício de influência política.

O que é proposto, portanto, é a análise dos benefícios provenientes da cooperação técnico-militar, policial e industrial em suas mais diversas vertentes, para o estabelecimento de características que possam contribuir para o aumento da relevância do Brasil no Cenário Internacional.

Sendo assim, a busca pelo aumento do poder de barganha internacional deve ser conduzida de forma responsável e conciliadora, ainda que tenha, em seu objetivo, a constituição

de uma "cadeia de países" que servirão ao propósito de ampliação do poder brasileiro, bem como a solução de problemas que afetam diretamente o Brasil.

Há a necessidade da atribuição de características-chave presentes em países da América do Sul, que definitivamente contribuirão, em um panorama de cooperação, para: a solução de problemas transfronteiriços/internacionais endêmicos; crescimento e maior robustez da uma Base Industrial de Defesa Comum; aumento da capacidade Militar, Política e Tecnológica; e, através da criação de um mercado para a produção, manutenção e projeto de material bélico, ganhos econômicos significativos.

Observando a pirâmide de Maslow[3], a sociedade necessita de Segurança para desempenhar suas funções de uma maneira humanamente razoável. O que se propõe, portanto, é a franca cooperação em segurança e defesa, com o intuito de solucionar problemas e desafios comuns aos países que abrangeremos no Estudo, a saber: A dependência tecnológica em relação aos países hegemônicos; a busca por maior relevância no processo decisório global; a debilidade da fiscalização e policiamento fronteiriço; o tráfico de armas e drogas; o contrabando; o crime organizado; a obsolescência do material bélico; a incapacidade da indústria bélica regional; a necessidade da proteção dos recursos naturais.

Portanto, o estudo pretende viabilizar um cenário de cooperação, mostrando as vantagens da integração dos setores supracitados, com o intuito de se estabelecer o panorama ideal que atenda as necessidades comuns inerentes aos países trazidos a análise.

De uma maneira objetiva, haverá a avaliação da viabilidade do estabelecimento de uma Aliança Estratégica em prol de uma Política interestatal de Segurança e Defesa, objetivando as ações conjuntas em ambas vertentes, bem como a discussão da necessidade da criação de arcabouço jurídico e politico-administrativo para a efetivação de tal Política.

O estudo abrangerá os seguintes países: Peru, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. As razões para a escolha do limitado grupo de países se basearam em algumas condições fundamentais: O histórico das relações internacionais entre os mesmos, a cooperação militar

[3] Um método de hierarquização das necessidades humanas, através de sua qualificação em razão da sua importância. Criada pelo psicólogo Abraham Maslow, a pirâmide determina a seguinte ordem de prevalência: Necessidades Fisiológicas, Necessidades de Segurança, Necessidades Sociais, Autoestima e Auto Realização.

existente, o potencial geopolítico e estratégico e a relativa estabilidade e/ou relevância político-econômica inerente aos Países pesquisados. A enumeração das características que justificam tal escolha será fundamental para a boa compreensão da decisão de incluir ou alijar os países da análise.

O objetivo geral do estudo proposto será o da avaliação dos benefícios trazidos pela Cooperação em Segurança e Defesa. Através de opiniões de Oficiais das Forças Armadas, especialistas em Segurança e Defesa e membros das Forças Policiais, haverá a busca pelo enaltecimento da importância da cooperação nas áreas do estudo. Com a utilização de pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica condizente, há o intuito de demonstrar a relevância do projeto de Colaboração Mútua.

Em um mundo no qual presenciamos, em uma avaliação crítica em relação ao *status quo*, a oportunidade da ascensão de novos *players* em escala global, juntamente com o surgimento e/ou recrudescimento de problemas comuns à Comunidade Internacional, o panorama de Cooperação se torna uma fundamental ferramenta na busca pela elevação da relevância do Brasil e dos demais países estudados no Cenário Internacional.

É também, a Força-Motriz pela qual passará a solução para os problemas transfronteiriços atuais. Em resumo e exemplificando, sem a Cooperação dos Países no enfrentamento de problemas como o terrorismo, o tráfico de armas e drogas e o contrabando, qualquer ação independente não bastará para o devido combate aos desafios encontrados.

Por isso, é de suma importância a análise dos benefícios do processo de integração em Segurança e Defesa. Avaliar as formas de cooperação existentes, buscar compreender de que forma poderiam ser ampliadas e fortalecidas, bem como enumerar as vantagens específicas, seja geopoliticamente, economicamente ou politicamente, de cada País trazido ao estudo, discutindo a relevância dos mesmos em um Cenário de Cooperação.

Os objetivos específicos do estudo proposto convergem para a questão fundamental relacionada ao futuro do País, sendo pertinentes as seguintes indagações: Seria o Brasil qualificado para assumir uma posição de liderança regional? Em um cenário prospectivo, poderíamos estimar a relevância da Cooperação em Segurança e Defesa para alicerçar essas

aspirações? Paralelamente, qual será o impacto da formação de tal cenário de cooperação para os demais Estados, alijados do processo de integração?

O Brasil, país conhecido por seu amplo potencial humano, geográfico e natural, definitivamente aspira maiores conquistas e a ampliação de sua influência mundial. Prova disso são as ambições brasileiras em relação ao Conselho de Segurança da ONU e sua crescente participação em Missões de Paz, chefiando a MINUSTAH[4] e o componente Naval da UNIFIL[5].

Ao mesmo tempo, há em curso um processo de "horizontalização" da Política Externa Brasileira. A nova diretriz, que busca maior integração com os países emergentes e reascende os preceitos da PEI (Política Externa Independente) do governo Geisel, foca suas ações no estabelecimento de coesão entre as demandas comuns aos países, seguindo critérios econômicos, sociais, militares e de desenvolvimento humano.

Esse novo paradigma da Política Externa ocasiona uma mudança de relacionamento com os países limítrofes. Por séculos, a América do Sul e o Brasil foram distanciados através das suas diferenças, não só restritas à cultura e idioma, mas também em relação à Estrutura do Estado e a forma de governo. Durante o Império e boa parte da República, a América do Sul foi relegada a uma posição de menor destaque nos esforços brasileiros no campo das Relações Internacionais.

A partir da década de 1990, com a criação do MERCOSUL, há a retomada dos esforços multilaterais para a aproximação entre os países sul-americanos, nomeadamente, os participantes do Tratado. Essas ações, porém, não eliminaram muitos dos antigos desafios e obstáculos ao bom desenvolvimento da Região.

A antiga problemática referente a pouca relevância político-econômica-militar da região, juntamente com as "endemias" que a precariedade dos setores de segurança e defesa ocasiona (como anteriormente citadas, o tráfico de drogas, armas e contrabando, entre outras), não apresentam solução em curto prazo. O que se pretende, portanto, é estabelecer a forma com as quais haverá uma maior possibilidade de êxito na formulação de ações que visem ganhos de eficácia no combate às mazelas comuns.

---

[4] Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*)

[5] United Nations Interim Force in Lebanon

Paralelamente, se pretende exaltar as vantagens multilaterais dessa cooperação. Os setores abordados no estudo compartilham uma mesma característica: a capacidade de "transbordamento" tecnológico através do investimento em meios de produção e Pesquisa e Desenvolvimento nos setores avaliados.

A complexidade e abrangência dos diferentes meios e instrumentos necessários à formação de Forças Armadas capazes, redes de vigilância e indústria de material bélico, ocasionarão um estimulante cenário para o investimento científico e na cadeia produtiva, definitivamente contribuindo para o desenvolvimento econômico. Em caráter exemplificativo, podemos observar a tecnologia proveniente de momentos de grande investimento nas áreas de Defesa, Espacial e Indústria Bélica, como a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, que ocasionaram um *spill over* tecnológico significativo para as décadas posteriores ao conflito e durante o confronto ideológico entre as duas Superpotências.

Obviamente, as tensões presentes no período da bipolarização mundial, bem como os prejuízos econômicos e humanitários de um calamitoso cenário pertinente a conflito de proporções mundiais não são desejáveis. Há a necessidade da manutenção do panorama pacífico presente na região.

Portanto, o estudo proporá a forma pela qual a integração será feita, sem ocasionar um cenário de tensão regional e mundial. Para tal, haverá especial cuidado em relação a posturas que transmitam ideias de intransigência, desrespeito aos tratados internacionais e ameaça a Países vizinhos ou tradicionalmente "amigáveis". A proposta de Cooperação é, portanto, não excludente. Apenas foi organizada da forma exposta em razão das "afinidades" inerentes aos países participantes.

Sendo assim, podemos identificar três pontos cruciais concernindo os objetivos específicos do estudo: 1) Avaliar as condições que possibilitam a cooperação/integração dos setores de Segurança e Defesa; 2) Enumerar as vantagens provenientes desse cenário; 3) Discutir as consequências da Cooperação em relação à estabilidade regional, a economia brasileira e a Política Internacional.

O estudo é relevante por sua importância regional, em um momento no qual há a visível mudança do Paradigma da Política Externa Brasileira. É, sem dúvida, uma importante ferramenta

para a compreensão do Cenário atual, juntamente com a cognição associativa da razão pela qual os países da análise enfrentam carências de representatividade no processo decisório global.

Se a busca brasileira pelo reconhecimento de suas capacidades no cenário internacional já se faz notar nos últimos dez anos, há agora que se discutir a forma pela qual o País poderá obter tal relevância internacional. Certamente, haverá a necessidade da obtenção de uma maior área de influência e exercício de poder.

Objetivamente, o ganho de influência, proporcionado pelo ingresso e manutenção de um *status* privilegiado no Cenário Internacional, ocasionará um aumento significativo nos instrumentos de barganha nas Relações Internacionais, seja pelo "efeito carona" proporcionado (ou seja, através da aglutinação de países mais "modestos" e de menor expressão no campo das Negociações Internacionais que, ao enxergarem no Brasil um país com posições mais próximas e condizentes com suas respectivas reivindicações, adotam o alinhamento como instrumento de Política Externa, solidificando ainda mais a posição brasileira), seja pelo considerável aumento da capacidade em discutir assuntos "de igual para igual" com as potências hegemônicas, negando ou referendando pautas de Interesse Nacional.

Portanto, o ingresso no epicentro do processo decisório mundial é a constatação da maturidade institucional brasileira, resultando no reconhecimento do País como sendo um líder já consolidado no Cenário Internacional.

Mesmo em um período da exaltação da importância do *Soft Power* na resolução das controvérsias no Sistema Internacional, é imprescindível reafirmar a relevância dos "meios tradicionais" de imposição de poder e edificação de áreas/redes de influência. A questão do poderio militar, juntamente com a capacidade da difusão de doutrinas e *modus operandi*, orientando a formação de grupos diplomáticos sob a égide de um "país-líder", ainda continuam sendo um fator determinante no reconhecimento e perpetuação do grupo de Países Hegemônicos.

Portanto, o arranjo do Sistema Internacional, sua compreensão e a constatação do engessamento de um determinado grupo de Países-Líderes, contribuindo para a manutenção de um *status quo* favorável aos mesmos, será definido (fundamentalmente) por suas respectivas capacidades da imposição de seus ideais no âmbito Internacional.

Sendo assim, a relevância do estudo é justificada pela necessidade do Brasil em assumir posturas condizentes com as de um país que busca edificar um processo que eleve o país a uma posição hegemônica. A condição para tal é a mudança de postura em relação aos países sul-americanos, buscando uma integração ao mesmo tempo de ganhos mútuos e fundamentalmente benéfica ao Brasil.

Para fundamentarmos o marco teórico de nossa análise, utilizaremos autores da doutrina Realista. A problemática enfrentada pelo País, bem como a forma de sua inserção no processo decisório Global, deverá ser questionada através do escopo dos processos de *high politics*, ou seja, sobre os preceitos tradicionais dos Jogos de Poder e a problemática em lidar com a Anarquia do Sistema Internacional. Além dos autores do eixo realista/neorrealista como (Mearsheimer e Morgenthau), será concedida especial atenção à obra de Hedley Bull. Também haverá a fundamentação prática das propostas por meio do campo da Geopolítica e Estratégia.

Serão utilizadas, ainda concernindo a Geopolítica, as obras Alfred Thayer Mahan e suas afirmações acerca do Poder Naval. A justificativa para a escolha de tais autores é o tratamento da problemática internacional através da constante busca dos Estados por Poder.

O processo de liderança regional, foco do estudo apresentado, fundamentará sua "defesa" em uma análise referente à edificação de um processo de conquista de poder através do viés econômico, militar e sociocultural. Como descrito em "A Política Entre as Nações", por H. Morgenthau:

> "(...) De modo semelhante, o imperialismo econômico, embora por vezes possa atuar isoladamente, no mais das vezes serve de apoio às políticas militares. Por outro lado, embora o imperialismo militar possa efetuar conquistas sem o suporte de métodos não militares, é inegável que nenhum domínio efetivo poderá durar, se estiver alicerçado exclusivamente na força militar. Assim sendo, o candidato a conquistador não se preparará para conquistas militares somente por meio de penetração econômica e cultural, do mesmo modo como não assentará o seu império baseado somente na força bruta, mas principalmente no controle dos meios de subsistência dos povos

> conquistados e na dominação de suas mentes.” (MORGENTHAU, 2003, p.128 e 129)

Em um Sistema Internacional no qual predomina a Anarquia, a busca pela elevação do país ao *status* de Potência deve ser baseada em condições fundamentais. A atribuição do “medo”, um temor dissuasório que culmina com o pensamento contrário aos processos de intervenção e conflito, será fundamental para a edificação de uma Nação forte e soberana. Para tal, é primordial a capacidade do País em projetar esse sentimento nos demais membros do Sistema Internacional. Segundo Mearsheimer:

> *“Three features of the international system combine to cause states to fear one another: 1) the absence of a central authority that sits above states and can protect them from each other; 2) The fact that states always have some offensive military capability, and; 3) The fact that states can never be certain about other states’ intentions. Given this fear – which can never be wholly eliminated – states recognize that the more powerful they are relative to their rivals, the better their chances of survival. Indeed, the best guarantee of survival is to be a hegemon, because no other states can seriously threaten such a mighty power.”* (MEARSHEIMER, 2003, p.3)

Sendo assim, a cooperação em Segurança e Defesa contribuirá para o aumento das capacidades ofensivas de cada país. Consequentemente, a formação de um “bloco”, aliada aos iguais investimento e atenção relacionados a setores inerentes ao processo de ampliação das condições de projeção de poder (indústria bélica; pesquisa e desenvolvimento; tratados de assistência e defesa mútua; organização de estruturas conjuntas, possibilitando a atuação unificada de tropas e policiais, entre outras), condicionará o Brasil (diretamente) e os demais participantes (de forma indireta) à ampliação do poder de barganha internacional.

Paralelamente, o Brasil poderá aproveitar do Cenário Econômico favorável. A riqueza e, em segundo plano, a população de um País determinam, de forma objetiva, qual será a sua capacidade de projeção de poder. Em uma conclusão associativa, podemos obter a resposta que a

cooperação entre países com economias e população complementares contribuirá para a ampliação da relevância regional dos mesmos. Podemos fundamentar essa afirmação através de Mearsheimer:

> *"Wealth is important because a state cannot build a powerful military if it does not have de Money and technology to equip, train and continually modernize its fighting forces. Furthermore, the costs of waging great-power wars are enormous (…). Accordingly, the great powers in the international system are invariably among the world's wealthiest states.*
>
> *Although population size and wealth are essential ingredients of military power, I use wealth alone measure potential power. This emphasis on wealth is not because it is more important than population, but because wealth incorporates both the demographic and the economic dimensions of power. As noted, a state must have a large population to produce a great wealth. Therefore, it is reasonable to assume that the states with abundant wealth will also have large populations."*
>
> (MEARSHEIMER, 2003, p.61)

Buscando consolidar o *status quo* regional, ou seja, perpetuar o processo de Liderança Regional pelo qual o Brasil transita, é importante recorrer à formação de alianças. Segundo Morgenthau, as Alianças são uma forma de consolidar o poder estabelecido. Atualmente, há a tendência da formação de processos regionais de integração através dos preceitos de manutenção da paz, estabilidade e segurança mútua. Como observado em "A Política entre as Nações":

> Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, tornou-se mais ou menos comum recorrer a tais ideologias legalistas para justificar uma política de *status quo.* Embora não tenham desaparecido de todo, as alianças de outros tempos tendem a se transformar em "arranjos regionais" embutidos em uma organização legal mais ampla. A fórmula "manutenção do *status quo"* é substituída por outra como "manutenção da paz e segurança internacionais." Certo número de Estados igualmente interessados na manutenção do *status quo* provavelmente desejarão proteger seus interesses comuns contra a ameaça de um determinada fonte, recorrendo não a uma "Santa Aliança", mas a um

> "sistema de segurança coletiva" ou a um "tratado de assistência mútua". (MORGENTHAU, 2003, p. 181 e 182)

Sendo assim, o Realismo será a “linha-guia” do estudo proposto, pois é o que melhor explica os processos de Balança de Poder Mundial, bem como a importância da capacidade de projeção de poder, dissuasão e poder de sanção.

A relevância desses temas para o estabelecimento de uma política voltada ao desenvolvimento e expansão da área de influência de um determinado País os torna fundamentais para a projeção de um cenário ideal de prosperidade econômica, política e social no Sistema Internacional.

A Coleta de Dados será realizada através do fichamento de informações contidas no material pesquisado. Desta forma, se objetiva a otimização do processo de análise bibliográfica, vislumbrando o dinamismo do estudo apresentado, através da avaliação das propostas presentes nos artigos dos autores utilizados.

Será orientada para a aglutinação de informações pertinentes ao tema proposto. Serão avaliados e fichados artigos de Relações Internacionais, Defesa, Segurança e Geopolítica, além de quaisquer outros que contribuam para a ótima realização do estudo.

Portanto, haverá a organização do trabalho objetivando o método indutivo. Seguindo princípios particulares, através da análise crítica da bibliografia disponível, haverá a organização do trabalho com o intuito da obtenção de uma resposta quanto à viabilidade do trabalho proposto.

A aplicação do método visará, a partir de preceitos próprios provenientes da referida análise crítica, a resposta através da elaboração de características, preceitos e regras comuns identificadas nos artigos estudados, para a posterior edificação de um padrão geral de comportamento dos agentes observados.

Partido de aspectos de percepção individual, juntamente com as particularidades inerentes aos campos estudados, se pretende constatar uma regra geral pela qual os Estados moldam sua atuação do Sistema Internacional.

1) UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS ESTADOS

1.1) DAS RAZÕES PARA O DIMENSIONAMENTO DO GRUPO DE ESTADOS

Após a exposição do grupo de Estados a ser envolvido no processo do estabelecimento de um cenário cooperativo, devemos observar sobre quais aspectos os mesmos foram analisados e, posteriormente, selecionados.

Primeiramente, os Estados expostos (Peru, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil) não possuem histórico recente de conflitos entre si. Em um subcontinente no qual são evidentes, até a presente data, as disputas territoriais e constantes escaramuças e contestações internacionais, o agrupamento de Estados não participantes quaisquer tipos de contendas potencialmente belicosas entre si já constitui um importante fator na facilitação de um processo de cooperação em Segurança e Defesa.

Ilustrando de maneira mais objetiva, observando as questões geopolíticas, acerca das disputas territoriais, a América do Sul possui diversos exemplos de problemas "mal resolvidos", como a perda boliviana de seu litoral para o Chile[6], questões de demarcação marítima entre Chile e Peru e, mais pela ocorrência recente do que por seu resultado (houve a demarcação territorial após o conflito), o conflito do Cenepa[7], envolvendo Peru e Equador.

O histórico de conflitos e a falta de consenso acerca de questões territoriais certamente não se configuram nos únicos empecilhos à expansão do grupo proposto aos demais Estados da América Latina. Podemos elencar, ao menos, mais duas questões extremamente relevantes, não menos importantes para a devida justificativa da escolha de tais Estados:

1.1.1) O CHAVISMO, BOLIVARIANISMO E AS "ZONAS DE INSTABILIDADE"

Observamos o ressurgimento de um processo de caudilhismo e cerceamento das liberdades individuais, com claras características de regimes de exceção. O Chavismo ou

[6] A Guerra do Pacífico (1879 e 1883), entre Chile e a aliança Bolívia - Peru. Ao final da guerra o Chile anexou a província de Tarapacá (Perú) e Antofagasta (Bolívia). O conflito culminou com a perda da saída soberana para o mar por parte da Bolívia, se transformando em uma área de fricção na América do Sul, chegando até os dias atuais. É importante notar que a questão da retomada do território litorâneo perdido é prevista na Constituição Boliviana.

[7] A Guerra de Cenepa foi um conflito armado entre Peru e Equador, visando o controle de uma área disputada na fronteira entre os dois países durante os meses de janeiro e fevereiro de 1995. O conflito foi resolvido com o apoio da Argentina, Chile,Brasil e EUA, e sob a sua tutela foi concluído o processo de demarcação, estabelecendo a fronteira entre partes pendentes .

"bolivarianismo", com a notória difusão do componente ideológico para os setores de Segurança e Defesa, compromete a realização de um panorama cooperativo mais abrangente. Em Estados nos quais há uma predisposição à ascensão de confrontos político-ideológicos para com seus vizinhos, a edificação de um processo de cooperação se torna pouco indicada. Um exemplo claro são as constantes "provocações" proferidas pelo chefe de Estado venezuelano ao governo colombiano.

Esse "turvo" ambiente de colaboração interestatal é novamente colocado em discussão quando há o sequestro de bens e propriedades brasileiras em territórios vizinhos. Os processos de nacionalização da Petrobras na Bolívia e a recente expulsão de agricultores brasileiros do território boliviano, com a participação direta das forças armadas e policiais do Estado citado, comprometem a confiança mútua que colaboraria para um cenário de cooperação.

Logo, o processo acerca do "estreitamento" das Estratégias de Segurança e Defesa deverá ser orientado por e para Estados que assumam uma postura de consenso, sem a constante promoção da discórdia regional (mesmo quando há toda uma retórica construída que argumente justamente o contrário). Assim, a cooperação deverá ser orientada em duas vertentes: i)a da contenção dos países participantes, garantindo por meio da mesma uma ampliação da confiança e segurança mútuas e; ii) a formação de um sólido grupo de países com o claro objetivo da promoção da estabilidade regional, e da dissuasão para as tentativas “extra-bloco” de imposição de dominação, subserviência e subversão da Ordem. Segundo Hedley Bull:

> “Mais uma vez, é mais um passo avante, a concepção do equilíbrio de poder como sendo não só uma situação criada pela política consciente de determinados estados que se opõem à preponderância de alguns deles em todo o sistema, mas como objetivo consciente de todo o sistema. Esta última concepção implica a possibilidade de cooperação entre os estados para promover o objetivo comum de preservar o equilíbrio, conforme exemplificado sucessivamente nos tempos modernos pelas grandes alianças contra potências que poderiam alcançar posição predominante. Implica, também, ações de cada estado não só para impedir essa ameaça de preponderância, mas em reconhecer sua responsabilidade em não perturbar esse equilíbrio. Isto é, implica uma conduta marcada pela auto-contenção tanto quanto pela contenção das ações dos outros estados.” (BULL, 1977, p.151)

Baseando-se nessa análise, Estados que adotam tais posturas reprováveis (insuflando processos danosos à estabilidade regional), e sobre os quais pairam questões dúbias sobre o compromisso com o combate ao narcotráfico (ou sobre o real compromisso e vontade para a manutenção da paz), seja pela possível colaboração do governo Chavez com a guerrilha colombiana, seja pelo apoio manifesto do presidente Morales ao cultivo de coca, se tornam distantes de assumir um papel central em acordos regionais em Defesa e Segurança.

Sobre o apoio de Chavez à instabilidade regional, há o relatório publicado pelo Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IISS, siga em inglês), o qual cita a estreita ligação entre o governo chavista e as FARC:

> "Desde o início do movimento, as FARC tentaram desenvolver um relacionamento com sucessivos governos venezuelanos e tiveram relações pragmáticas com forças de segurança venezuelanas. Os venezuelanos tinham pouca opção senão se adaptarem para a chegada de grupos violentos e potencialmente perigosos que eles não tinham a capacidade de expulsar pela força. Mas foi apenas depois da chegada ao poder do Tenente-coronel Hugo Chávez, em 1999, que as atividades das FARC na Venezuela se aceleraram.(...) A atração genuína que Chávez tinha pelas FARC foi inicialmente moderada pela falta de uma ligação ideológica sólida entre eles (a ortodoxia Marxista das FARC era constantemente frustrada pelo que a liderança do grupo via como falta de uma definição ideológica clara de Chávez); pela necessidade da Venezuela de manter bons laços econômicos com a Colômbia; e pelo risco político que o laço com as FARC representava para um regime que, no começo, tinha bases políticas fracas. Apesar disso, desde o começo Chávez, enquanto publicamente defendendo a neutralidade e se oferecendo como mediador honesto em negociações com o governo colombiano, permitiu que as FARC usassem território venezuelano como refúgio e como base para operações transfronteiriças e atividades políticas. Chávez também designou um papel para o grupo na sociedade civil venezuelana. O governo venezuelano financiou o escritório das FARC em Caracas e, através do serviço de inteligência DISIP, proporcionou documentação e outras formas de assistência para integrantes das FARC. O grupo também pôde estabelecer sua própria organização de fachada, o Comitê Continental Bolivariano (CCB). (...) Chávez também ofereceu apoio material às FARC, com o objetivo de mudar o equilíbrio militar na Colômbia, apesar de esse esforço não ter se concretizado – causando frustração entre os líderes das FARC." (INKSTER, 2011, p.2 e p.3)

Tais posturas, que realocam questões ideológicas antagônicas ao mundo atual, reinserindo a planificação econômica e utilizando a retórica ultrapassada do socialismo estatal, culminam com a criação de "áreas de instabilidade e incerteza" no âmbito sul-americano. O fomento ao ódio ao inimigo externo, sendo clara e intencional a relação conflituosa com os Estados Unidos,

tem o claro objetivo de atribuir os possíveis fracassos socioeconômicos à opressão e intervenção sofridas no cenário internacional. Essa alegoria, presente em regimes com o viés antidemocrático, em nada contribui para a criação de um consenso regional.

Obviamente, não podemos ocultar as recentes disputas entre dois países do grupo, nomeadamente Argentina e Uruguai, acerca da operação de indústrias de celulose às margens do rio Uruguai. Porém, é cabida a argumentação de que tal confronto foi encaminhado a Corte Internacional de Justiça, sendo concedido parecer favorável ao Uruguai. Após tal decisão, houve a iniciativa uruguaia de buscar discutir a questão com o governo argentino, como expressado pelo chanceler Luis Almagro:

> “Em entrevista coletiva em Punta del Este, a cerca de 140 km ao leste de Montevidéu, o chanceler reafirmou a "mais ampla disposição" de seu país em estabelecer "caminhos de entendimento, diálogo e desenvolvimento conjunto com a República Argentina". “Queremos reafirmar nosso compromisso com o trabalho conjunto e conseguir que as disposições contidas nesta decisão sejam voltadas para o bem, para melhorar as relações entre os dois países”, acrescentou.” (ESTADÃO ONLINE, 2010)

Portanto, é notória a preferência bilateral pela resolução de tais disputas por meio da negociação, mediação e legalidade, sem enviesar tais questões para a exacerbação de um fator ideológico oportunista. Esse modelo de ação bilateral, no qual possíveis disputas não tendem a ascender um panorama de ações potencialmente belicosas (em sua tentativa de resolução), é o que se busca em um processo de integração de tão sensíveis áreas de conhecimento e emprego.

1.1.2) O PLANO COLÔMBIA E O “AFASTAMENTO PRAGMÁTICO” CHILENO

Outras questões que contribuem para a formação de um grupo restrito de países que estariam aptos a participar de um processo de parceria estratégica em Segurança e Defesa são a permissividade e colaboracionismo de certos Estados para com as Grandes Potências, com o claro predomínio do interesse nacional em detrimento do interesse regional. Um grande exemplo de tal postura é a histórica proximidade chilena[8] em relação à Inglaterra e Estados Unidos.

---

[8] Um exemplo é o caso do Almirante Thomas Cochrane, britânico herói das Guerras Napoleônicas que, após seu afastamento da Marinha Real, foi importante organizador e comandante da incipiente Armada chilena. Até os dias

Apesar de sua recente mudança de abordagem em relação ao conflito das Falklands/Malvinas, o governo chileno contribuiu para a campanha militar inglesa de 1982. Margaret Thatcher, em um encontro com Augusto Pinochet em 1999, durante o período de disputa legal acerca de sua possível extradição para a Espanha[9] destacou a importância do Chile para a resolução do conflito e a vitória inglesa:

> *“Lady Thatcher thanked her old friend for being an ally during the 1982 Falklands War – (...)"I know how much we owed to you for your help," she said."The information you gave us, communications, and also the refuge you gave to any of our armed forces who were able, if they were shipwrecked, to make their way to Chile."(...)”Although some 250 members of our armed forces lost their lives during the Falklands War, without President Pinochet there would certainly have been many more. We owe him -and Chile- a great debt.”* (BBC ONLINE, 1999)

A evidência da colaboração chilena para o triunfo britânico nas Malvinas é evidenciada, ainda, pela Carta de Margaret Thatcher ao The Times, em 1998. Segundo a BBC:

> *“In a letter to The Times newspaper, the former Tory prime minister, who entertained General Pinochet at her home two weeks ago, said the 82-year-old Chilean senator helped shorten the 1982 Falklands War against Argentina and saved many British lives as a result.”* (BBC ONLINE, 1998)

Posteriormente, já em 2002, quando o governo chileno decide por adquirir armamentos junto aos Estados Unidos, houve a manifesta oposição peruana, considerando a possibilidade de uma “corrida armamentista” regional. O temor peruano, justificado por anos de disputas territoriais ainda presentes, foi exposto em matéria do Estado de São Paulo, em 2004:

> “O ministro da Defesa peruano, Roberto Chiabra, avisa que o Chile abalou o equilíbrio militar entre os dois países, com compras e atualizações recentes de armas. “Eles não apenas renovaram o material para muitos anos, mas também atualizaram a tecnologia”, disse, numa entrevista à televisão. “As compras criam um desequilíbrio.

atuais, é considerado um herói nacional. Anteriormente, teve papel de destaque nos conflitos de independência no Brasil, sendo o único militar a já ser nomeado “Primeiro-Almirante” da Armada Nacional Brasileira.

[9] Julgamentos dos desaparecidos espanhóis durante a ditadura do Chile, dos “crimes contra a humanidade” provenientes do trabalho do juiz Baltazar Garzón.

> O general reformado fez essas declarações horas depois de anunciar planos da Marinha peruana de adquirir duas belonaves italianas classe Lupo, por US$ 300 milhões. A aquisição tem o objetivo de compensar a saída de serviço de duas embarcações, disse.
>
> Chiabra afirmou acreditar que o Chile esteja iniciando uma corrida armamentista regional, embora o chanceler peruano tenha adito o contrário. Durante sua posse, em julho de 2001, o presidente do Peru, Alejandro Toledo, havia conclamado os demais líderes regionais a gastar menos em defesa e mais nos setores sociais.
>
> O Chile aceitou a proposta de Toledo, mas em 2002 adquiriu 10 jatos de combate F-16, alegando que o negócio tinha sido fechado antes do acordo com o Peru. Os dois países ainda disputam o traçado de sua fronteira marítima." (ESTADÃO ONLINE, 2004)

Paralelamente, regressando ao termo "Afastamento Pragmático", nota-se uma predisposição chilena na precedência de parcerias Norte-Sul, em detrimento de uma abordagem Sul-Sul. Suas forças armadas, consideradas as mais modernas e próximas de um "padrão OTAN[10]" na região, traduzem um processo de investimento na importação de tecnologias provenientes, majoritariamente, do parque bélico britânico e americano.

Obviamente, a complexidade dos meios adquiridos, muitas vezes não permite um desenvolvimento local ou em conjunto com os demais países da região. Pela incapacidade técnica e industrial, não há, em muitos casos, como suprir tal demanda chilena por armamentos "no estado da arte". O problema, nesse caso específico, é a falta de medidas concretas que venham a transparecer a vontade chilena no estabelecimento de uma parceria estratégica em Segurança e Defesa com os Estados em seu entorno.

Essa postura foi e é influenciada pelos constantes embates de afirmação territorial pelos quais o Chile esteve ou está envolvido até a presente data. Não se podem ignorar os efeitos da Guerra do Pacífico, da crise do Canal de Beagle[11] e a Demarcação do mar territorial entre Chile e Peru para a formação do arcabouço político-ideológico pelos quais a política externa chilena se orientou desde o século XIX.

[10] Organização do Tratado do Atlântico Norte. Aliança Militar. O "Padrão OTAN" concerne às táticas empregadas e ao material utilizado. Quanto mais tecnologicamente próximo ao praticado (pela OTAN) é o material bélico e o adestramento das tropas, mais perto do "Padrão OTAN" o país se encontra.

[11] Crise Diplomática que quase culminou com um conflito entre Argentina e Chile, em 1978.

Aliado ao clima de incerteza no panorama geopolítico há também a prevalência do eixo Norte-Sul na Economia chilena. Através da abertura econômica conduzida por Pinochet, utilizando os conceitos de Friedmann[12] e sua posterior aplicação pelos "*Chicago Boys*[13]", os ideais neoliberais e os consequentes laços econômicos provenientes de tal modelo permitiram ao país ser o primeiro sul-americano a estabelecer tratados de livre comércio com os Estados Unidos, em uma época na qual havia uma busca regional pelo consenso e desenvolvimento econômico através da criação de blocos com o fim na redução das barreiras tarifárias e o desenvolvimento econômico multilateral.

Desta maneira, as relações internacionais chilenas buscaram obter vantagens estratégicas em relação aos seus vizinhos contenciosos. Certamente, o caráter estabelecido, o de "aliado privilegiado" das Potências Econômicas mundiais na região, trouxe claras vantagens ao Chile nos campos econômico, militar e político. Porém, o descaso e a desconfiança regional em relação ao longilíneo vizinho se mantiveram em razão de tal política, sendo muitas vezes identificado como o representante do *status quo* na região.

O Chile, portanto, ainda transmite uma série de incertezas e desconfianças intimamente ligadas ao passado independentista no âmbito das relações intra-regionais. Os conceitos de aproximação sul-americana, hoje expressas em seus princípios fundamentais de Relações Exteriores, como *"Contribuir al fortalecimiento de la integración regional"*[14], ainda carecem de experimentação prática, para a inserção chilena no centro de um processo de cooperação em Segurança e Defesa.

> "Um *sistema de estados* (ou sistema internacional) se forma quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo. Naturalmente, dois ou mais estados podem existir sem formar um sistema internacional, neste sentido.(...)Existe uma "sociedade de estados" (ou "sociedade internacional") quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns. Se hoje os estados

[12] Milton Friedmann, economista neoliberal Norte-Americano.

[13] Alcunha concedida aos jovens economistas neoliberais, provenientes da "Escola de Chicago", responsáveis pela política econômica do governo Pinochet.

[14] Frase expressa no documento de princípios gerais da chancelaria chilena.

> formam uma sociedade internacional (no próximo capítulo veremos em que medida isto acontece), é porque, reconhecendo certos interesses comuns e talvez também certos valores comuns, eles se consideram vinculados a determinadas regras no seu inter-relacionamento, tais como a de respeitar a independência de cada um, honrar os acordos e limitar o uso recíproco da força. Ao mesmo tempo, cooperam para o funcionamento de instituições tais como a forma dos procedimentos do direito internacional, a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como os costumes e convenções da guerra" (BULL,1977, p.15 e p.19)

Utilizando conceitos de Hedley Bull, podemos concluir que o Chile está presente em um "sistema regional", ainda "engatinhando" em um processo que o permitirá ser considerado plenamente participante de um processo de "sociedade regional". Obviamente, tal adaptação do modelo proposto por Bull ao âmbito regional tem por objetivo exemplificar o contexto chileno: ao mesmo tempo em que está presente no subcontinente, com suas decisões, possíveis disputas e atuações interna e externa influenciando diretamente na estabilidade e prosperidade regionais, voluntariamente se distancia de diversas áreas de convergência político-econômicas na região, por ter objetivos, valores e interesses muitas vezes antagônicos ao "senso comum" regional.

Paralelamente, observamos a questão colombiana. Em sua luta contra o crime organizado e os movimentos de guerrilha, o Estado vem recrudescendo a fiscalização e o enfrentamento aos movimentos criminosos, com decisivo foco na ampliação das ações de patrulha em áreas sob visível influência da narcoguerrilha e de cartéis, juntamente com o combate aos grupos armados que perturbam a estabilidade local.

O Estado colombiano, notoriamente enfrentando problemas para o controle do processo de escalada da violência presenciada desde os anos 1960, celebrou um acordo com o governo americano no ano 2000. A presença americana na Colômbia, anteriormente restrita a cooperação dos setores de inteligência e policiais, com a presença e cooperação de agências como o DEA e o FBI (como no célebre caso da prisão, fuga e posterior morte de Pablo Escobar), enviesou seu foco para a ação militar contra os grupos armados presentes no território colombiano.

O Plano Colômbia, iniciativa planejada entre o então presidente colombiano, Andrés Pastrana, e o seu congênere americano, Bill Clinton, intensificou a busca pela solução militar do

problema da guerrilha colombiana. Com o investimento direto, por parte do governo americano, no treinamento, reequipamento e projeção de força do Estado na repressão dos movimentos armados, a presença americana na região presenciou um significativo aumento, tanto em pessoal como em importância.

Como justificativa ao Plano, havia a preocupação americana com a estabilidade regional, o aumento do consumo e oferta de cocaína nos Estados Unidos e a presença e consolidação de movimentos de orientação marxista e terrorista na região[15]. A Colômbia, país do qual se originava a absoluta maioria da cocaína consumida nos Estados Unidos, seria beneficiada com um considerável investimento americano nos meios militares e policiais, colaborando para a efetivação de estratégias e operações de combate ao males que há muito assolavam tal país, comprometendo decisivamente sua capacidade de exercício da soberania sobre seu território.

Porém, há uma série de questionamentos acerca das reais intenções americanas para com a América do Sul. A presença americana na região, sempre encarada com certa preocupação em decorrência dos antigos preceitos da Doutrina Monroe[16], novamente coloca em dúvida a capacidade colombiana de "andar com as próprias pernas", tanto no que concerne ao êxito de uma política colombiana para o combate ao narcotráfico que não disponha do auxílio americano, quanto na sua real autonomia de ação, considerando os antagonismos político-ideológicos presentes na América do Sul, nem sempre favoráveis à presença americana na região.

Sendo muitas vezes ideologicamente distantes e conflitantes com os preceitos e ações americanas, muitos Estados manifestam certa "preocupação" com a questão colombiana. O primeiro ponto, relativo ao combate ao narcotráfico, reside na reorganização e migração da guerrilha colombiana, antes encarada como um problema inerente ao território da Colômbia, para demais países da América do Sul. Nesse ponto, o Plano Colômbia é encarado com uma dupla percepção: i) a do fracasso das ações por não considerarem um espectro regional, se limitando ao auxílio direto ao governo colombiano e "empurrando" a guerrilha para Estados "não

[15] O Governo Americano classifica FARC-EP, ELN e AUC como organizações terroristas.
[16] Seguindo o princípio conhecido como "América para os americanos", a doutrina criada através de discurso proferido pelo Presidente americano James Monroe (1817-1825), visava afastar o continente americano do jugo europeu, condenando as políticas colonialistas. O que se presenciou, no entanto, foi a assunção, por parte dos Estados Unidos, de um caráter imperialista para com o resto do continente.

beneficiados" com o apoio americano; e ii) a violação do território de outros países por parte do Estado colombiano, fato presenciado na morte de Raul Reyes no Equador[17].

O segundo ponto, novamente concerne à preocupação acerca da presença americana na região. A logística para uma intervenção direta nos rumos regionais em um futuro e hipotético conflito ideológico em relação à superpotência seria amplamente facilitada pela forte influência exercida sobre a Colômbia. Segundo o (então) Capitão-de-Corveta Márcio Pereira Rippel, da Escola de Guerra Naval:

> "O Plano Colômbia parece constituir um instrumento da estratégia norte-americana para favorecer seus interesses na América Latina, particularmente nas Regiões Amazônica e Andina. Esses interesses seriam: promover a disseminação de instituições democráticas; o incremento do comércio e de oportunidades de investimento para os empresários e trabalhadores norte-americanos; e a redução da produção de narcóticos e do narcotráfico que ameaçam a sociedade estadunidense.
> Percebe-se, a partir do incremento da presença militar nos países da América Latina, uma mudança de postura geopolítica norte-americana. Hoje, parece haver uma preparação para uma atuação mais peremptória na região.
> Os fatos demonstram que os movimentos dos guerrilheiros, particularmente das FARC-EP, já não mais respeitam as fronteiras com os países vizinhos. O transbordamento da violência já é uma realidade. O fato dos Estados Unidos classificarem as FARC-EP, ELN e AUC como organizações terroristas torna improvável o apoio norte-americano a possíveis iniciativas do governo colombiano em negociar a paz com os grupos guerrilheiros e os paramilitares." (RIPPEL, 2004, p.16)

Portanto, a dúvida persistente em relação à Colômbia, que, por consequência a distanciaria em uma primeira etapa para o estabelecimento de um processo de cooperação sob os ideais já expostos, são concernentes à sua relativa perda de capacidade por estar atrelada a um processo que, se por um lado, a orienta em ações de manutenção e recuperação da estabilidade interna, gera justamente o efeito oposto em relação ao restante da América do Sul. A forte presença americana, por isso, se torna inibidora de qualquer processo de cunho estratégico e de potencial desafiador ao *status quo* regional.

---

[17] Ocasião na qual houve protesto formal, proveniente do governo Equatoriano, acerca da invasão do espaço aéreo do País para a operação que culminou com a morte do líder guerrilheiro.

1.2) DAS VANTAGENS DO GRUPO DE ESTADOS

Em um panorama onde há a confiança mútua entre os Estados membros de oferecerem vantagens aos demais, que não seriam possíveis de serem alcançadas sem um cenário cooperativo, a sustentabilidade do aparato de cooperação é fortemente fundamentada na capacidade obtida caso os mesmos não optassem pelo desenvolvimento de tal modelo.

Portanto, em um panorama cooperativo, nenhum Estado ingressará em tais tratados caso não vislumbre benefícios individuais que derivem de tal pacto. Além das vantagens inerentes ao modelo proposto, devemos observar as possibilidades de contribuição de cada Estado participante, para a melhor avaliação sobre suas contribuições para os processos de cooperação. Como os Estados contribuiriam para o modelo proposto?

Respeitando as diferenças econômicas, militares e tecnológicas, quais são as grandes vantagens que os mesmos disporiam que os "credenciariam" para a assunção de uma relevância para uma tentativa de cooperação regional, nomeadamente nos setores de Segurança e Defesa?

Assim, haverá a análise da contribuição de cada país para os esforços de cooperação em segurança e defesa, considerando aspectos tradicionais do *hard power* e da geopolítica regional.

1.2.1) ARGENTINA

1.2.1.1) DA CAPACIDADE INDUSTRIAL / TECNOLÓGICA ARGENTINA

A Argentina, segunda maior economia regional[18], tem a justificativa de sua escolha pelo modelo proposto por ser o Estado, além do Brasil, com a maior capacidade tecnológica entre os abarcados pela pesquisa. A complexidade do parque industrial e de pesquisa argentino possibilitou, desde a década de 1950, o desenvolvimento de áreas de altíssima sensibilidade tecnológica, como as pesquisas e efetivação de seu programa nuclear, a construção naval (com a capacidade da construção e manutenção de submarinos) e a primeira força blindada da América Latina a contar (em larga escala) com um Carro de Combate Médio concebido e montado em território nacional[19].

---

[18] Apesar de recentes notícias afirmarem acerca da iminência da perda de seu posto para a Colômbia. "As pretensões da Colômbia não se aplicam somente à diplomacia. No ano passado, Bogotá apresentou uma projeção dizendo que a economia colombiana seria a segunda maior da América do Sul em 2012, ultrapassando a Argentina."-BBC, 2012.

[19] TAM, ou *Tanque Argentino Mediano*, fabricado pela TAMSE e de projeto teuto-argentino.

Além das tecnologias mencionadas, se destacam a indústria aeronáutica, a fabricação de armamentos leves, o desenvolvimento de novos veículos utilitários (como o projeto Gaúcho, que abordaremos no próximo capítulo) e radares.

Paralelamente, possui um programa espacial ativo, que conta com a experiência argentina no desenvolvimento de tecnologias de propulsão e lançamento de foguetes. Sobre tal assunto, é importante salientar a importância das pesquisas conduzidas por tal país durante as décadas de 1980 e 1990, culminando na criação do Programa Condor[20], de mísseis balísticos de curto/médio alcance.

Fonte: Poder Bélico Brasil

Figura 1- O Míssil Condor

O parque industrial bélico, por consequência da instabilidade econômica pela qual a Argentina presencia desde o começo do século, sofreu com o desmantelamento de sua capacidade produtiva, tanto pela falta de investimento no setor quanto pela ausência de significativas encomendas e compras por parte do Estado, reduzindo drasticamente o faturamento de tais empresas.

Porém, recentemente os governos Kirchner realocaram suas atenções para a retomada da capacidade perdida. Através dos processos de nacionalização de empresas estratégicas, vem iniciando os esforços para a plena retomada da capacidade perdida, como nos casos dos estaleiros pertencentes ao CINAR (*Complejo Industrial Naval Argentino*, que engloba os antigos estaleiros Tanador e Domecq García/Almirante Storni, capazes de construir e reparar os mais diversos meios navais, incluindo submarinos), o Estaleiro Rio Santiago (especializado em meios de

[20] Projeto desenvolvido em parceria com Iraque e Egito, recebendo localmente a denominação de Badr-2000.

superfície) e da empresa FAdeA (*Fabrica Argentina de Aviones*, antiga Lockheed Martin Argentina).

Fonte: Blog Indústria Militar Argentina

Figura 2- Estaleiro Almirante Storni

Fonte: *Aviación Argentina*

Figura 3- FAdeA

Além de tais indústrias mencionadas, podemos citar o desenvolvimento de novas bombas inteligentes, como a Dardo II[21], a cooperação no desenvolvimento da viatura aerotransportável Gaúcho (em colaboração com o Brasil, parceria que abordaremos no próximo capítulo), e o recente recondicionamento dos mísseis Aspide[22], sendo realizado pelo CITEDEF (*Centro de Investigaciones Científicas y Técnicas para la Defensa*, subordinado ao Ministério da Defesa Argentino)

Fonte: Blog Poder Naval Argentino

[21] Projetada pelo *Centro de Investigaciones Aplicadas* (CIA) da *Fuerza Aerea Argentina*.
[22] Míssil Naval de Defesa Aérea, de procedência Italiana (ALENIA-Marconi).

Figura 4- Bomba Dardo II

Apesar de seu parque industrial ainda se encontrar em incipiente estado de recuperação da capacidade produtiva, devem ser ressaltadas a qualidade e complexidade dos trabalhos englobados nas atividades desempenhadas por tais empresas. A ênfase na capacidade tecnológica, arrefecida durante os períodos mais sombrios da crise econômica argentina, vem sendo retomada em uma política de Estado que age com maior interesse em tal área.

1.2.1.2) DAS VANTAGENS TERRITORIAIS ARGENTINAS

O território argentino é, sem dúvidas, extremamente peculiar em sua formação. Desde as planícies dos Pampas, passando pelo território montanhoso da Cordilheira dos Andes, do Deserto da Patagônia ou ainda, nas regiões gélidas da Terra do Fogo, a abrangência e variedade de climas e biomas é impressionante.

Em um panorama Geopolítico, a abrangência, localização e extensão territorial são importantes por alguns motivos, a saber, no caso argentino: A capacidade de negação do Atlântico Sul, nomeadamente do Estreito de Magalhães; o controle da margem ocidental dos rios da Prata, Paraguai e Uruguai e da margem oriental do Rio Paraná e o exercício de influência na área Centro-Sul da América do Sul, se tornando um instrumento coercitivo e dissuasório pelas suas possibilidades territoriais que permitem o deslocamento de tropas para defesa de sua

soberania e interesses para toda a região, além da interrupção do abastecimento de vastas regiões pela negação da possibilidade de utilização das bacias hidrográficas supracitadas.

Observando os recursos naturais e a capacidade agrícola, destacam-se a importância para as reservas de chumbo, zinco, estanho, cobre, ferro e manganês, além do petróleo e urânio. As terras férteis dos pampas, com considerável produção agrícola, com destaque à produção de milho, trigo e soja. Paralelamente, há a presença subterrânea do Aquífero Guarani[23], importante reservatório de água doce que se localiza principalmente entre o Nordeste da Argentina e o Centro-Oeste do Brasil, se estendendo por toda a região sul território brasileiro.

Portanto, de acordo com preceitos clássicos do pensamento geopolítico da Escola Alemã, podemos observar a grande vantagem regional que a Argentina forneceria a um cenário de cooperação em Segurança e Defesa, trazendo relevância e aglutinando o Poder necessário para a formação de um sólido grupo de países alinhados. Da importância da questão territorial para a Escola Alemã, segundo Uraci Castro Bonfim:

> "Também conhecida como Escola do Fatalismo Geográfico, teve início com as ideias de Ratzel e Kjëllén, sendo seguidores entre outros: Haushofer, Mahan e Sir Mackinder, todos criadores de teorias geopolíticas consagradas, que influenciaram decisivamente as justificativas das grandes conquistas por Hitler, no início da 2ª Grande Guerra. Para esta escola, o ambiente físico exerce influência determinante na atividade humana, tendo como lema: "o homem é produto do meio". Admite que o ambiente físico é fator preponderante, com influência marcante e irresistível na vida humana e, por extensão, o será na vida dos Estados. Por consequência, as características, as atividades e o destino dos homens e dos Estados estarão vinculados à localização e à extensão do território, assim como a altitude, fronteiras e outros aspectos geográficos."(BONFIM, 2005, p.28)

Assim, podemos observar a vital relevância regional do Estado argentino para a implementação de um modelo de cooperação. A sua importância econômica regional, bem como suas características territoriais, constituem importante fator dissuasório e geopolítico. Sua exclusão, portanto, ocasionará a perda de capacidade para o grupo cooperativo a ser formado. Segundo Mackinder:

---

[23] O volume de água do Aquífero é estimado em 45.000 km³, sendo um dos maiores reservatórios de água doce do mundo.

> *"The actual balance of political power at any given time is, of course, the product, on the one hand, of geographical conditions, both economic and strategic, and, on the other hand, of the relative number, virility, equipment, and organization of the competing peoples."*(MACKINDER, 1904, p.437)

1.2.2) PERU

1.2.2.1) DA CAPACIDADE INDUSTRIAL / TECNOLÓGICA PERUANA

O Estado peruano foi, durante algumas décadas, reconhecidamente um notável investidor em suas forças de Segurança e Defesa. Entre as décadas de 1970 até 1990, realizou uma série de modernizações, das quais se fazem notar a compra de seis submarinos U-209 (sendo o maior operador regional de tal modelo), a construção de duas fragatas da classe Lupo (de projeto italiano, entre 1982 e 1984) e as constantes modernizações do Exército e da Força Aérea.

A *Fuerza Aerea del Perú* (FAP), possui em seu inventário diversos meios de origem russa/soviética. Podemos citar o pioneirismo regional de tal Força na operação de equipamentos de tal procedência, como os MiG-29 (adquiridos em 1996, de Belarus, posteriormente sendo complementados por uma encomenda de três aeronaves de origem russa), os SU-25 (aeronave de ataque ao solo, apoio aéreo aproximado e anti-tanque), juntamente com os diversos helicópteros de tal procedência (Mi-8, Mi-25 e Mi-35, entre outros).

Fonte: Defensasur

Figura 5- MiG-29 da *Fuerza Aerea del Perú*

Paralelamente, não podemos deixar de observar a operação dos caças Mirage-2000, de origem francesa. Essa união de vetores amplamente capazes para os cenários *multirole*[24], em um

[24] Multi-função. Pode desempenhar diversas funções em combate, como Interceptação e Ataque ao solo, por exemplo.

esboço de uma configuração *"High-Low Mix*[25]*"*(na qual o MiG-29 birreator representava o "high" e o Mirage 2000 o "low") constituiu durante muitos anos uma das forças de combate mais respeitadas do cenário sul-americano.

Fonte:Defensasur

Figura 6- Mirage-2000 da *Fuerza Aerea del Perú*

O Exército do Peru presenciou um processo de aquisição de material muito similar ao da Força Aérea. A opção pelo material de procedência do antigo bloco socialista também foi um princípio adotado por tal força para o seu processo de organização. Além de outros diversos meios utilizados nas atividades de transporte e artilharia atualmente, a espinha dorsal de sua capacidade de combate blindada está concentrada nos carros de combate T-55, adquiridos desde a década de 1970 junto ao Estado Soviético e AMX-13, provenientes da França.

A inovação também está presente em tal força. A opção por adotar um fuzil padrão para o seu Corpo de Fuzileiros com tecnologia *bullpup*[26], o FN2000. Além de tal equipamento, é também interessante notar os avanços peruanos em camuflagem, novamente inovando quando houve a adoção do padrão de camuflagem digital[27].

Fonte: Blog Forças Terrestres

---

[25] Configuração que une aeronaves de maior (*high*) e menor (*low*) capacidade, sendo a opção pela utilização determinada pelo nível de complexidade, exigência e custos de operação de cada aeronave. A utilização de cada aeronave, portanto, dependerá da relação custo x benefício.

[26] Tecnologia na qual o gatilho do fuzil é posicionado à frente do carregador, reduzindo o tamanho e o peso da arma, sem afetar sua precisão.

[27] Novo padrão de camuflagem que utiliza um conjunto de *pixels* ao invés das tradicionais "manchas". Aufere vantagens concernentes à furtividade.

Figuras 7 e 8- A Camuflagem Digital e o Fuzil FN-2000 / O Carro de Combate T-55

Em termos produtivos, uma particular parte da indústria bélica peruana merece destaque. A construção naval, responsável pelo reparo e comissionamento de novos meios, é de responsabilidade de uma empresa estatal, a SIMA (*Servicios Industriales de la Marina*), cujos feitos marcantes remetem ao processo de montagem de duas fragatas da classe Lupo, já mencionadas acima.

A capacidade de construção naval também abarca a montagem de Navios de Patrulha Fluvial e Oceânica, lanchas de patrulha e manutenção de meios navais, com o claro ganho operacional decorrente da possibilidade de realizar localmente o reparo de seus meios de superfície.

Em resumo, as capacidades tecnológicas e industriais do Peru o qualificam como um importante membro para um modelo de cooperação. Não muito pelo tamanho de seu parque industrial bélico, mas pela experiência decorrente do uso de equipamentos dos mais variados modelos. A *expertise* proveniente de tal *ethos* inovador, com o pioneirismo na utilização de meios não familiarizados com os empregados pelas Forças Armadas regionais, culminam com um ganho de conhecimento, operação e utilização de novos meios pelas forças participantes de um cenário cooperativo.

1.2.2.2) DAS VANTAGENS TERRITORIAIS PERUANAS

Assim como no caso argentino, o território peruano é também rico em climas, biomas e regiões completamente antagônicas. Desde sua região Amazônica, de densa floresta tropical, até a região montanhosa dos Andes e os desertos de Nazca e a fronteira com o deserto do Atacama, a

grande variedade de sistemas completamente distintos traduz a grande porção territorial na qual se apoia o Estado Peruano. Terceiro maior país em extensão na América do Sul (o vigésimo maior do mundo), com uma área de 1,285,216 km², ocupa importante área central no subcontinente.

Como o Chile, país andino com largamente voltado à extração de minérios de alto valor de mercado, a economia peruana também usufrui dos recursos provenientes da região. São notáveis as atividades de extração de cobre, prata e ouro, além do minério de ferro.

Em um panorama de cooperação, é o único país citado a dispor de uma costa voltada ao Oceano Pacífico, na qual se ressaltam a tradicional aproximação peruana com o oriente e a prática da pesca, importante indústria regional e alvo de disputas internacionais sobre a demarcação dos limites do mar territorial (as disputas com o Chile, como mencionadas anteriormente).

Para um cenário de cooperação, é muito importante a presença de um Estado que disponha de tal "saída" para o Oceano Pacífico. A abertura de um canal direto de navegação, contato e acesso aos mercados asiáticos seria extremamente benéfica. Ao mesmo tempo, trazendo ao cenário a clara vantagem de poder dispor de uma Força Naval regionalmente atuante e utilizando, quando necessário, de prerrogativas dissuasórias na defesa do interesse comum, seria criada um importante fator de poder e predominância regional. Propondo um paralelo, podemos utilizar os conceitos expostos por Mahan[28] e efetivados pelos Estados Unidos. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira:

> "Com um território distendido ao longo da América do Norte, entre dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, os Estados Unidos não tinham vizinhos que pudessem ameaçar sua segurança. Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido. E, ao ascender ao primeiro lugar no ranking das maiores potências industriais, nos anos 1890, os EUA começaram a robustecer seu poder naval, até então menor que o do Brasil, Argentina ou Chile. Assim puderam projetar sua influência em duas vertentes distintas, i. e., para o Ocidente e o Oriente, avançando sobre os mares, que a Grã-Bretanha ainda controlava, como o "chief builder and

[28] Alfred Thayer Mahan, Oficial da *US Navy* e estudioso americano da geopolítica.

> shipowner", com "vast imperial responsabilities" na Ásia e na África.
>
> O comandante Alfred T. Mahan foi quem racionalizou a construção do poder naval dos Estados Unidos, argumentando que a grandeza de uma nação dependia do seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder naval e o poder naval, de colônias. Sem estabelecimentos no estrangeiro, coloniais ou militares, os navios de guerra norte-americanos seriam como pássaros sem terra, incapazes de voar muito além de suas próprias costas." (BANDEIRA, 2008, p.9)

Em seu território também está localizada a nascente do Rio Solimões, que culminará com a formação do Rio Amazonas já em território brasileiro, maior rio em extensão e volume de água do mundo. As rotas de navegação regionais, com o claro predomínio das rotas fluviais em detrimento de quaisquer outros modais de transporte, permitem ao Peru o exercício de influência na referida bacia hidrográfica.

1.2.3) PARAGUAI E URUGUAI: OS "ESTADOS MENORES"

A presença de tais países para a consolidação de um modelo de cooperação em Segurança e Defesa é justificável por um conjunto de fatores geopolíticos e geográficos, muito mais relacionados às capacidades de utilização da mão-de-obra e recursos (sejam eles humanos, materiais e/ou provenientes do conhecimento empírico) do que propriamente da pujança e prosperidade tecnológico-industrial. Há também o fator da integração regional histórica, sempre abarcando tais países na constituição de blocos de cooperação político-econômica (como observamos no MERCOSUL[29]) e energética (com a construção da Hidroelétrica Binacional de Itaipú).

Em seus reduzidos parques industriais, podemos salientar as vantagens advindas da baixa carga tributária[30] e dos baixos custos de mão-de-obra. A existência, principalmente no Uruguai, de indústrias que funcionam em regime CKD[31] (*Completely Knock-Down)* e SKD[32] *(Semi Knock-*

[29] Mercado Comum do Sul

[30] Segundo a CEPAL, a carga tributária brasileira é de 36% do PIB, enquanto no Uruguai é de 24% e no Paraguai de 10%.

[31] Veículos que apenas são montados no país, com suas peças sendo remetidas pela matriz em formato de *kits* totalmente desmontados. Processo que exige menor complexidade tecnológica.

[32] Variação do CKD, no qual o conjunto de peças (o *kit*) é fornecido de maneira parcialmente desmontada para sua montagem no território da fábrica.

Down), é um importante fator para a produção (ainda que parcial e limitada) de uma base regional de Indústrias de Defesa, na qual as iniciativas de montagem e fomento a atividades de menor impacto tecnológico e, portanto, menor complexidade, seriam destinadas aos referidos Estados, sendo beneficiadas pelos incentivos fiscais, baixos custos de produção e ganhos de escala.

Observando a cadeia produtiva dos setores agrários, destacam-se o rebanho bovino e a produção de soja presentes em ambos Estados, juntamente com a produção de trigo, celulose e laticínios no Uruguai.

O Uruguai, em uma análise de sua atuação internacional, possui um grande histórico de participação em Missões de Paz da ONU. A importância de tais missões para a profissionalização das Forças Armadas uruguaias, gerando um positivo exemplo para Estados que busquem a afirmação internacional através de uma participação ativa nas ações de estabilização provenientes do Sistema ONU (nomeadamente, o caso brasileiro), gerará um claro ganho de conhecimento para países cooperantes.

Através do intercâmbio de militares, compartilhamento das experiências provenientes do trabalho "no campo", o conhecimento uruguaio se mostra muito importante, por consequência de suas ações desempenhadas desde o século XIX (quando, na Guerra do Paraguai, experimentou a primeira ação transfronteiriça de sua História). Segundo Tiago Pedro Vales:

> "A política de envio de efetivos militares uruguaios a operações de paz não é uma novidade da década de 1990 embora seja a partir desta data que elas se demonstraram como um instrumento eficaz para a resolução de alguns problemas internos das Forças Armadas. A experiência uruguaia em operações de paz constitui uma das mais duradouras entre os países que se dispõem a colaborar com essas iniciativas. Considerando a Força Militar Neutra, operante na Guerra do Chaco, o país soma mais de meio século em experiências com operações de paz.
>
> Tais atividades deram ao Uruguai uma espécie de *know how* que o coloca entre os primeiros do mundo no que se refere às questões de promoção da paz. É importante ressaltar que, embora possua uma vasta experiência, o Uruguai raramente ocupou posições de liderança nas operações que participa. O que mais conta, no entanto, é o grau de profissionalização adquirido pelas Forças Armadas uruguaias em função de sua presença em operações de paz." (VALES, 2011, p.41)

Das vantagens geopolíticas, há a possibilidade do controle das margens orientais do Rio da Prata e Uruguai, o Rio Paraná e o Rio Paraguai. Regionalmente, portanto, há o controle das principais bacias hidrográficas da região, com seu potencial energético e hídrico. Ao mesmo tempo, há a clara predominância de tal grupo de países (representados por Brasil, Uruguai e Argentina) no controle do Atlântico subequatorial e polar.

2) A LIDERANÇA E O *STATUS QUO*: AMBIÇÕES X CAPACIDADES E POSSIBILIDADES

Em um momento no qual é notório o esforço brasileiro pelo aumento de sua "relevância" no Cenário Internacional, há a necessidade da atribuição e das características necessárias ao processo de edificação da liderança regional, bem como as que permitiriam a elevação do País ao *status* de potência mundial.

Observamos a exaltação dos princípios da independência e soberania das ações externas (defendidas e propagadas internacionalmente pelo País), tendo por fim e objetivo a construção de um panorama de hegemonia, orientando as diretrizes da Política Externa Nacional. Mas qual seria a principal vantagem de tais esforços?

Em uma análise objetiva da organização do Sistema Internacional, podemos observar que o mesmo é, de fato, arranjado de forma a proteger, referendar e fundamentar as ações das grandes potências hegemônicas, funcionando de forma a perpetuar e garantir o *status quo*. O Conselho de Segurança, principal Balança de Poder Internacional, aglutina a responsabilidade e o predomínio da sanção e intervenção no Cenário Internacional. As atribuições da referida cúpula, observadas no julgar de Estados "infratores", concedem a mesma o pleno exercício da liderança mundial. De acordo com Hedley Bull:

> "Considere-se por outro lado a função exercida na manutenção da ordem internacional pela posição especial das grandes potências. Elas contribuem para a ordem internacional mantendo os sistemas locais de hegemonia dentro dos quais a ordem é imposta a partir de cima, colaborando para administrar o equilíbrio global de poder e, de tempos em tempos, impondo sua vontade coletiva a outros estados. Mas quando prestam esses serviços à ordem internacional as grandes potências o fazem ao preço de uma injustiça sistemática com relação aos direitos dos estados menores: a injustiça sentida pelos estados que estiveram sob a hegemonia soviética na Europa Oriental ou que se encontram sob a hegemonia norte-americana no Caribe. Injustiça que foi

> incorporada à Carta das Nações Unidas, quando prescreve um sistema de segurança coletiva que não pode funcionar contra as grandes potências, a mesma injustiça sofrida pelas pequenas potências quando as grandes entram em acordo para chegar a uma decisão que contraria os interesses dos pequenos." (BULL,1977, p.109)

Em um cenário pós-Westphalia, no qual houve a assimilação dos valores da não intervenção, juntamente com a questão sempre presente da "guerra justa", os Estados Hegemônicos não só definem os conceitos de justiça, como também definem a punição dos Estados antagônicos ao modelo proposto. O pragmatismo das ações se dissolve quando há a percepção da abordagem parcial de temas de interesse humanitário e/ou social. Como exemplo, podemos citar a relutância russa no reconhecimento de Kosovo como um Estado independente, suscitando questionamentos sobre o real motivo de tal decisão (seria o temor de que uma decisão favorável à criação poderia desencadear uma contestação jurídica internacional acerca da postura russa em Repúblicas Separatistas, como a Chechênia?). Os fatores expostos ocasionam um relativo antagonismo entre a ordem e a justiça no Sistema Internacional. Segundo Hedley Bull:

> "Em um plano abstrato não há incompatibilidade geral entre a ordem, no sentido em que foi aqui definida, e a justiça em qualquer um dos sentidos em que a consideramos neste trabalho. Em outras palavras, podemos imaginar uma sociedade em que haja um padrão de atividade que sustente os objetivos elementares ou primários da vida social e também os objetivos avançados ou secundários da justiça ou da igualdade: para os estados, para os indivíduos e em termos de um bem comum mundial. Não existe uma razão apriorística para afirmar que tal sociedade é inalcançável, ou que seja inconsistente perseguir ao mesmo tempo a ordem e a justiça mundiais. No entanto, há uma incompatibilidade entre as regras e instituições que sustentam atualmente a ordem dentro da sociedade dos estados e as exigências de uma justiça mundial, que implicam destruição dessa sociedade; as demandas pela justiça humana, que só podem ser acomodadas de forma seletiva e parcial, e as exigências da justiça entre dos estados, ou internacional, com respeito à qual essas regras e instituições não são basicamente hostis, mas que só podem satisfazer de forma limitada." (BULL,197, p.109)

Objetivamente, o ganho de influência, proporcionado pelo ingresso e manutenção de um *status* privilegiado no Cenário Internacional, ocasionará um aumento significativo nos instrumentos de barganha nas Relações Internacionais, seja pelo "efeito carona" proporcionado (ou seja, através da aglutinação de países mais "modestos" e de menor expressão no campo das

Negociações Internacionais que, ao enxergarem no Brasil um país com posições mais próximas e condizentes com suas respectivas reivindicações, adotam o alinhamento como instrumento de Política Externa, solidificando ainda mais a posição brasileira), seja pelo considerável aumento da capacidade em discutir assuntos “de igual para igual” com as potências hegemônicas, negando ou referendando pautas de Interesse Nacional.

Portanto, a participação no epicentro do processo decisório mundial é a constatação da maturidade institucional brasileira, resultando no reconhecimento do País como sendo um líder já consolidado no Cenário Internacional.

Assim, os rumos do processo decisório mundial, bem como o respeito aos anseios dos demais Estados, só serão alcançados através da participação dos mesmos no núcleo da Balança de Poder do Sistema Internacional. A busca pela participação, no caso brasileiro, é legítima. Significa o anseio pela presença constante e ativa nos rumos na formulação de diretrizes que promovem a orientação do Sistema Internacional.

Porém, quais serão as capacidades brasileiras para exercer tal poder? Qual será a relevância política, militar e econômica do Estado que o permite pressionar as Potências Hegemônicas para uma mudança ou ingresso brasileiro no processo decisório global?

Fundamentalmente, a questão principal sobre as reais capacidades brasileiras do exercício da liderança regional se faz presente. Partindo da premissa do *hard power*, fator fundamental para o pleno ingresso no núcleo hegemônico do Sistema Internacional, é de extrema importância a edificação, manutenção e atualização das forças de Defesa, bem como do parque tecnológico de material bélico e da indústria de Defesa. Como mensurar tal desenvolvimento? Como qualificar e quantificar o investimento do Estado em áreas tão relevantes ao estabelecimento do processo de liderança?

Primeiramente, é importante expor a situação atual das Forças Armadas brasileiras. Em um cenário de Crise Mundial, no qual há a dificuldade da manutenção de gastos no setor de Defesa por parte das Potências Hegemônicas, o País presencia um panorama extremamente favorável ao devido desenvolvimento e equipamento das Forças de Defesa.

Tradicionalmente, as principais empresas bélicas sobrevivem de significativas "encomendas" dos países centrais. Porém, são prejudicadas pelos cortes orçamentários de seus tradicionais clientes, em um panorama de crise internacional. O País dispõe, portanto, de uma "janela" amplamente favorável ao investimento em suas Forças Armadas.

Através da condição facilitada de transferência tecnológica ou pela negociação de contratos economicamente vantajosos, devido à redução forçada das margens de lucro e a maior permissividade ao estabelecimento de parcerias (para a manutenção de empregos e do próprio funcionamento das linhas de montagem), o Brasil tem plenas condições de buscar melhores formas de financiamento, flexibilidade na cessão de tecnologias sensíveis e contratos mais abrangentes de manutenção e suporte. Outra oportunidade é a da transferência de meios descomissionados do serviço ativo em seus países de origem, em razão dos cortes ocorridos em suas pautas de Defesa.

Porém, como podemos observar, não é isso que vem ocorrendo. Os esforços para a modernização das Forças Armadas constantemente sofrem com atrasos, cancelamentos e cortes orçamentários. Para melhor ilustrarmos tal situação, há a necessidade da exposição de um amplo panorama, para a melhor compreensão da situação atual do País:

2.1) CAPACIDADE BÉLICA / MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA

Um importante fator que deve ser considerado para avaliarmos a capacidade do exercício da influência em escala global é o nível de complexidade dos setores de segurança e defesa de determinado país.

Para galgar uma maior importância, tendo como consequência o predomínio do exercício de influência regional e mundial, é necessário dispor de um aparato bélico a altura das responsabilidades assumidas. As capacidades de: 1) organização; 2) projeção de poder; e 3) resposta rápida e eficaz, são essenciais para a imposição da Força e influência no Cenário Internacional.

Considerando o Sistema Internacional anárquico, e sendo o principal papel das potências hegemônicas o da tentativa de organização e estabelecimento de preceitos mínimos de convivência pacífica entre as Nações, tendo o poder da sanção e a prerrogativa, em último caso,

da utilização de seu aparato para a garantia de tal relativa ordem (através do caráter institucional proporcionado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas), é primordial o direcionamento do investimento para os setores de Defesa. Especial enfoque tanto para a indústria bélica quanto da manutenção de Forças Armadas condizentes com o papel desempenhado por cada país.

Portanto, quanto maior for a ambição no Cenário Internacional, maior será a exigência da manutenção de investimento em áreas de *high politics*.

"Política sem o respaldo da força é mero exercício de retórica".

- Kissinger

Nessa simples frase, Kissinger sintetiza o pensamento que deve nortear as ações brasileiras, caso o mesmo almeje um aumento de seu status quo na Sociedade Internacional.

Não há precedente histórico que indique a existência de um modelo de exercício de poder e influência no qual o desenvolvimento econômico e tecnológico dispense igual investimento no setor bélico. Não são raros, absolutamente, exemplos para referendar a posição exposta por Kissinger. A perda da hegemonia estratégico-tecnológico-militar, ainda que denotando a perda da capacidade econômica, em uma análise simples, porém objetiva, contribuiu para o subjugamento de Cartago, das Cidades-Estado Italianas, da Espanha e sua Invencível Armada, da Holanda e suas Companhias de Navegação e da França na Segunda Guerra Mundial.

Feita a devida explicação dos fatores, observemos a capacidade brasileira colocada em perspectiva com os demais países, tanto membros do CSNU quanto a Índia, um país que compartilha aspirações em relação à ampliação de seu poder de influência no Sistema Internacional:

País	Exército	Marinha	Força Aérea	MBT	VBL	NAe	Subs	Frag	Helic	Aviões de combate
Brasil	**190.000**	**58.000**	**73.500**	**270**	**1.200**	**1**	**5**	**9**	**228**	**276**
China	1.700.000	250.000	400.000	7.200	4.500	-	69	42	488	2.600

EstadosUnidos	538.000	328.400	351.400	8.000	22.000	11	52	30	5.660	5.300
França	137.000	50.000	60.000	614	6.040	1	10	20	580	536
Grã-Bretanha	116.000	42.300	54.000	543	5.220	3	12	17	640	450
Índia	1.100.000	55.000	170.000	3.890	2.100	1	16	13	467	774
Rússia	321.000	155.000	184.600	22.000	28.00	1	53	18	1.200	1.950

Fonte: Military Power

Tabela 1- A Capacidade Brasileira em Números

Considerando apenas o fator numérico, a capacidade dos países supracitados sobrepõe facilmente à brasileira. Se, por um lado, há uma relativa vantagem no número de soldados (se comparados à França e Reino Unido), quanto mais há meios com maior sensibilidade tecnológica, mais o Brasil se distancia de tais países.

Outro fator importante, talvez o principal, é o de que todos os países comparados são potências nucleares. Obviamente, não é provável o desenvolvimento de um programa nuclear objetivando o enriquecimento para a produção de ogivas atômicas. Por força de tratados internacionais, considerando a busca pela estabilidade regional e o custo de oportunidade de tal desenvolvimento, a simples idealização de tal projeto parece ser insensata. Porém, indubitavelmente, isso coloca o País em desigualdade de condições em relação aos demais.

Analisando a problemática *in loco*, com uma maior abrangência de detalhes, a situação se deteriora ainda mais:

1- O país, que já possuiu o *status* de ser o oitavo maior exportador de produtos bélicos do mundo (década de 1980), com mercados consolidados na América do Sul, África e Oriente Médio, presenciou a falência ou quase insolvência de seu parque industrial, com empresas como a Engesa encerrando suas atividades e a Avibrás em processo de Recuperação Judicial. Atualmente, o País ocupa a 37ª posição no ranking de maiores exportadores de Material de Defesa[3].

2- A idade dos Meios de Defesa das Forças Armadas brasileiras é avançada. Das nove fragatas da Marinha, todas têm mais de 25 anos de operação. O Porta-Aviões São Paulo (ex-Foch, da Marinha Francesa), começou a ser construído em 1957, entrando em

operação em 1963 e sendo repassado ao Brasil no ano 2000 (portanto, 43 anos após o início de sua construção).

Ao analisarmos a situação do Exército, o seu fuzil padrão foi projetado na década de 1950, começando a ser entregue nas fileiras brasileiras em 1964. O principal MBT (Tanque) da Cavalaria brasileira, o Leopard1, em suas versões A1 e A5, começaram a ser fabricados, respectivamente, em 1965 e 1983. Demais blindados, como Veículos de Transporte e Reconhecimento, são em sua maioria, provenientes do parque industrial nacional, sendo entregues até o começo dos anos 1990.

A Força Aérea, cuja espinha-dorsal de sua capacidade de negação de espaço aéreo se concentra em caças modelo F-5 Tiger II (cujo primeiro avião entrou em operação em 1972 e começou a chegar ao Brasil em 1975) demostra sérias dificuldades em lidar com o "peso da idade" de seus meios. Apesar do processo de modernização pelo qual os F-5 vêm passando, a previsão é de que começarão a ser desativados em 2017. Mesmo que houvesse uma maior celeridade no processo decisório acerca de sua substituição, não haveria tempo hábil para o início de operação dos novos caças, devendo (o Brasil) recorrer (novamente) a uma solução tampão (ou seja, a compra de meios "usados" ou o seu arrendamento até a entrega de novos meios).

3- A quantidade e o índice de disponibilidade dos Meios Militares:

Para ilustrar o baixo índice de disponibilidade dos meios, recorreremos a Matéria do Estado de São Paulo ("Relatório sigiloso da Defesa comprova o sucateamento militar do País, de 21/11/2011"), na qual é exposto, através da obtenção de relatório do Ministério da Defesa, o sucateamento das Forças e a indisponibilidade de meios. Para ilustrarmos melhor, reproduziremos alguns trechos da matéria.

> "(...) Segundo os militares, os dados esvaziam as pretensões brasileiras de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de inibir a participação do País em missões especiais da ONU (...). De acordo com a planilha obtida pelo **Estado**, a Marinha, que em março mantinha em operação apenas dois de seus 23 jatos A-4, não tem hoje condições de fazer decolar um avião sequer do porta-aviões São Paulo. (...) Apenas metade dos navios chamados de guerra está em operação. Das 100 embarcações, incluídas corvetas, fragatas e patrulhas, apenas 53 estão navegando. Dos cinco

> submarinos, apenas dois ainda operam. Das viaturas sobre lagartas (com esteiras), como as usadas pelos Fuzileiros Navais para subir os morros do Rio de Janeiro, apenas 28 das 74 estão em operação. (...)Celso Amorim, que está há apenas três meses no cargo, queixou-se dos baixos investimentos do Brasil no setor e pediu apoio dos parlamentares para a modernização das Forças Armadas. (...) Segundo ele, proporcionalmente ao Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil é um dos países que menos investem em defesa entre os integrantes dos Brics, grupo que integra Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul." (ESTADÃO ONLINE, 2011)

Paralelamente, há a notória dificuldade no exercício do pleno controle fronteiriço, permitindo a perpetuação de práticas de contrabando, tráfico de drogas e armas e a imigração ilegal. Sobre a última questão, o número de imigrantes ilegais em território brasileiro pode ultrapassar os 600 mil. Em matéria da BBC Brasil, a jornalista Márcia Carmo contrasta pesquisa realizada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) com os dados oficiais do Ministério do Trabalho:

> "Atualmente, o Brasil tem, pelo menos, 600 mil imigrantes ilegais, segundo estimativas do Serviço Pastoral dos Migrantes, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (...)A estimativa oficial é bem inferior à de 600 mil. Segundo o ministério do Trabalho, os ilegais no Brasil estariam em torno de 180 mil, total que representa cerca de 20% do número de estrangeiros registrados no país. "Esse é um cálculo que se aplica, normalmente, no mundo, dependendo do perfil migratório de cada país", explicou coordenador geral de Imigração do Ministério do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida." (BBC ONLINE, 2008)

A situação foi novamente abordada após a recente (e humanitariamente deplorável) questão da imigração Haitiana no Norte do Brasil. Porém, ainda mais grave do que o fluxo migratório de indivíduos que buscam melhores condições de vida, o que denota a "maioridade econômica" brasileira frente aos seus vizinhos, é a possibilidade do ingresso de organizações terroristas e narcotraficantes.

A suspeita sobre a operação de células terroristas na Tríplice Fronteira, considerada um "limbo" em questões de segurança e fiscalização, foi recentemente abordada por jornalistas brasileiros. Ainda que as provas sobre a efetiva atuação de grupos terroristas na região sejam contestáveis, há a preocupação com a falta de ações conjuntas de investigação e negação do

território para as práticas terroristas. Segundo matéria do jornalista Moreno Osório, do Portal Terra:

> "(...)Ainda assim, não falta quem veja todas as condições para o desenvolvimento de células terroristas e financiamento de grupos extremistas na Tríplice Fronteira. Pela sua fama em abrigar todo tipo de contraventor, a região chegou a ser comparada com Casablanca durante a Segunda Guerra Mundial. Um relatório de 2003, preparado sob a supervisão da Biblioteca do Congresso americano, por exemplo, afirma que o FBI rastreou diversos telefonemas de "terroristas islâmicos" provenientes da Tríplice Fronteira para o mundo inteiro." (PORTAL TERRA, 2011)

Frequentemente, o assunto é abordado em tradicionais *think tanks* norte-americanos. Em artigo publicado em 2005 no periódico "Military Review", do United States Army Combined Arms Center (CAC), o Tenente-Coronel Phillip K. Abbott discorre sobre tal problemática:

> "O embaixador Philip Wilcox, ex-Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Defesa, testemunhou diante do Comitê de Relações Internacionais da Câmara de Deputados dos EUA, que as atividades do Hezbollah na tríplice fronteira já estiveram envolvidas com narcóticos, contrabando e terrorismo. Muitos acreditam que na comunidade árabe e muçulmana da tríplice fronteira residem simpatizantes terroristas atuantes com ligações diretas com o grupo terrorista shiita libanês pró-iraniano Hezbollah, com o grupo fundamentalista palestino Hamas, com grupo egípcio islâmico Jihad e até mesmo com a Al-Qaeda.(...)As autoridades argentinas acreditam que o Hezbollah é muito ativo nessa área. Eles atribuem aos extremistas do Hezbollah a explosão de um carro-bomba ocorrida no dia 17 de março de 1992, em Buenos Aires, na frente da Embaixada de Israel. Acreditam ainda que, com o auxílio do Irã, o Hezbollah foi o responsável pelo ataque com um carro-bomba contra o principal prédio do Centro da Comunidade Judaica (AMIA), em Buenos Aires, no dia 18 de julho de 1994, em protesto ao acordo de paz entre israelitas e jordanianos naquele ano. (...)Não se sabe bem qual é o papel da tríplice fronteira na atração de grupos terroristas, mas a comunidade árabe e muçulmana da Cidade do Leste tem coletado fundos através da lavagem do dinheiro, tráfico ilícito de armas e drogas, contrabando e pirataria. Supostamente uma parte destes fundos é enviada para o Hezbollah e o Hamas em apoio aos atos terroristas contra Israel. Já houve também comentários que as FARC mantém uma presença na coleta de fundos na tríplice fronteira." (ABBOTT, 2005, p.18 a 22)

Assim sendo, a imagem transmitida é a de que o país ainda não obteve a plena capacidade da fiscalização e policiamento nos territórios sob sua jurisdição. As ações independentes, sem a cooperação entre os demais Estados, não proporcionam a devida "vedação" do território

brasileiro. Portanto, não há uma liderança manifesta nessa área, não sendo possível a exportação de um modelo padrão de atuação nesses casos. A solução, por isso, deve ser conduzida através da aglutinação de esforços entre os Estados da Região.

Certamente, não poderíamos "isolar" os setores de Segurança e Defesa como sendo os únicos entraves para o desenvolvimento de um processo de liderança. Há uma série de vetores/características que podem colaborar para uma conclusão satisfatória, apontando as razões pelas quais o país não consegue aumentar as suas capacidades no Cenário Internacional:

2.2) A CAPACIDADE ECONÔMICA

O Brasil, sexta maior economia mundial, certamente, ao observarmos superficialmente, obtém vantagem nesse quesito. Porém, é pertinente uma análise sistêmica, sempre considerando uma avaliação do status de países "economicamente semelhantes".

No contexto dos "BRICs", podemos observar que o crescimento da Economia brasileira é amplamente baseado na exportação de *commodities*, sendo essas vendas impulsionadas pela demanda chinesa. Essa dependência cada vez maior de produtos primários, de alta volatilidade e baixo valor agregado torna o País mais suscetível a grandes oscilações de demanda, sendo desaconselhável perpetuação de um panorama de vinculação do crescimento econômico brasileiro a alta demanda da China por matérias-primas. Observemos a Tabela Abaixo:

				US$ milhões
Descrição do País	**Exportação**	**Importação**	**Corrente de Comércio**	**SaldoComercial**
CHINA	20.191	15.911	36.102	4.280
ESTADOS UNIDOS	15.740	20.183	35.922	-4.443
ARGENTINA	12.785	11.281	24.066	1.504
ALEMANHA	6.175	9.866	16.041	-3.691
JAPAO	4.270	5.368	9.637	-1.098
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	8.150	972	9.123	7.178
COREIA, REPUBLICA DA (SUL)	2.622	4.818	7.441	-2.196
ITALIA	3.016	3.664	6.680	-647
FRANCA	2.905	3.615	6.521	-710
REINO UNIDO	3.723	2.408	6.131	1.315
NIGERIA	1.066	4.760	5.827	-3.694
INDIA	3.415	2.191	5.606	1.224

MEXICO	2.676	2.783	5.459	-108
CHILE	2.657	2.616	5.273	41
ESPANHA	2.637	1.955	4.592	682
BELGICA	3.138	1.154	4.292	1.984
RUSSIA, FEDERACAO DA	2.869	1.412	4.281	1.456
VENEZUELA	3.610	582	4.192	3.029
SUICA	1.921	2.050	3.971	-130

FONTE: MDIC

Tabela 2- Balança Comercial Brasileira no Ano de 2009

A tabela mostra um importante fato ocorrido em 2009: Pela primeira vez, a China se torna a maior parceira comercial do Brasil. Se considerarmos os dezenove países expostos na mesma, observamos:

1- Todos os países Membros Permanentes do Conselho de Segurança ocupam importante papel na pauta de exportações Brasileiras (1º China; 2° EUA; 9º França; 10º Reino Unido; 17º Rússia).

2- O Brasil possui déficit na Balança Comercial com todos os países tradicionalmente exportadores de tecnologia e serviços, com a devida exceção feita a China, que utiliza as *commodities* brasileiras em seu processo de expansão econômica.

3- Com exceção dos países do Cone Sul, que importam grande quantidade de produtos manufaturados de origem brasileira, a Balança Favorável se sustenta, em grande parte, por uma grande demanda de matérias-primas por parte de países desenvolvidos (mesmo em um cenário de Crise Global) e da China (que, com a manutenção da alta demanda por commodities, é o principal destino das exportações brasileiras de produtos primários).

O alto preço das commodities é, sem dúvida, um pilar no qual o bom momento das exportações Brasileiras se sustenta. Esse bom momento oculta as dificuldades da indústria em competir com o mercado internacional. Pela primeira vez em 32 anos, o Brasil exporta mais produtos primários do que industrializados.
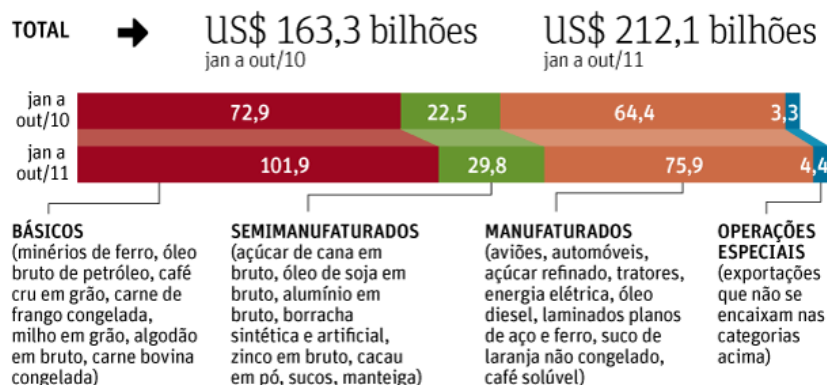
Figura 9 – A Composição das Exportações Brasileiras

A opinião da volatilidade de tal tipo de pauta de exportações é amplamente disseminada entre estudiosos. Segundo José Augusto de Castro, vice-presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil): "A pauta de exportações está péssima. É um problema crítico porque, ao exportar mais básicos, não temos o menor controle sobre preços e quantidades exportadas" (FOLHA ONLINE,2009).

Ao mesmo tempo, há uma carência na transparência da divulgação do desempenho atual da indústria nacional, ocasionando uma maior dificuldade em mensurar as ações necessárias a inversão de tal tendência. Segundo Maeli Prado, jornalista da Folha de São Paulo:

> “Pelo critério da OMC (Organização Mundial do Comércio), o Brasil superestima o peso dos produtos industrializados nas exportações (...)
>
> (...) No mês passado, 49,3% das exportações brasileiras foram de produtos básicos, segundo o Ministério do Desenvolvimento. Para a entidade internacional, o percentual é de 60,4%.” (FOLHA ONLINE, 2011)

Para comprovar as dificuldades da Economia brasileira em lidar com esse processo de inversão da pauta de exportações, observamos a migração de indústrias para países vizinhos, em busca de vantagens fiscais e menores custos de produção. Somam-se a isso as recentes decisões em sobretaxar produtos estrangeiros, exigindo percentuais elevados de nacionalização, como

forma de interromper a escalada das importações e os esforços do BNDES em fornecer condições para fomentar o desenvolvimento industrial brasileiro, incentivando processos de fusão de grandes empresas como forma de torná-las mais competitivas, encorajando os processos de internacionalização.

De todos os BRICs, o Brasil é o país que menos investe em infraestrutura, considerando percentual do PIB. As notórias limitações logísticas no escoamento da produção, os elevados custos de frete e as dificuldades da integração multimodal, com a priorização de uma matriz de transporte concentrada no setor rodoviário constituem importante desafio para uma maior expansão econômica. Há visível carência no investimento em importantes áreas infraestruturais, prejudicando o escoamento da produção, o crescimento econômico sustentado e, no caso puramente geopolítico, afetando a dispersão e movimentação das forças de Segurança e Defesa.

A defasagem do investimento contínuo em infraestrutura é percebida como sendo consequência do desinteresse, desorganização e a não associação entre a desejada prosperidade político-econômica-social e o franco suporte às atividades do desenvolvimento de um complexo sistema infraestrutural. Há a necessidade da ampliação dos esforços na referida área, tanto através da iniciativa pública quanto do setor privado. Segundo Cláudio R. Frischtak, pesquisador do IPEA:

> "Em 2007 – ano de relativa folga fiscal – os investimentos em infra-estrutura do governo federal alcançaram apenas 0,34% do PIB. Já as demais instâncias públicas – empresas e governos estaduais, e empresas federais – contribuíram com 0,72% do PIB para estes gastos (tabela 4). No total, os entes públicos foram responsáveis por 1,06% do PIB, muito abaixo do patamar mínimo necessário para evitar sua degradação (estimado em 3% do PIB). Neste sentido, o maior envolvimento do setor privado se torna imprescindível, informado por um simples silogismo: o país requer um volume crescente de investimentos em infra-estrutura e as restrições fiscais do Estado no que diz respeito aos seus gastos discricionários assumiram um caráter estrutural. Assim, na margem, os investimentos em infra-estrutura no país seriam necessariamente direcionados pelo setor privado, ainda que seja também importante ampliar os investimentos públicos pela sua natureza de modo geral complementar." (FRISCHTAK,2008, p.312)

Em uma análise comparativa em relação a outros países emergentes, tanto pertencentes à mesma região quanto localizados em outras partes do mundo, Frischtak deixa clara a defasagem do investimento brasileiro em infraestrutura:

Investimentos em infra-estrutura: países selecionados
(Em % do PIB)

	Brasil	Chile	Colômbia	Índia	China	Vietnã	Tailândia	Filipinas
Ano/período	2007	2001	2001	2006-2007	2003	2003	2003	2003
% do PIB	2,03	6,2	5,8	5,63	7,3	9,9	15,4	3,6

Fontes: Chile e Colômbia: Banco Mundial (2005b); Vietnã, Tailândia, Filipinas e China: Banco Mundial (2005a); Índia: Government of India (2007); Brasil: ver anexos A e B.

Tabela 3 – Investimento em Infraestrutura

Investimentos em transportes: países selecionados
(Em % do PIB)

	Brasil	Chile	Colômbia	China	Vietnã	Tailândia	Filipinas
Ano/período	2007	2001	2001	2003	2003	2003	2003
% do PIB	0,53	1,96[a]	0,89[a]	4,0	6,0	3,9	1,2

Fontes: Chile, Colômbia: Banco Mundial (2005b); Vietnã, Tailândia, China e Filipinas: Banco Mundial (2005a); Brasil: ver anexos A e B.
[a] Apenas rodoviário e ferroviário.

Tabela 4 – Investimento em Transportes

Paralelamente, há a tendência de relativa "inelasticidade" nos investimentos públicos no setor, configurando um panorama no qual haverá a necessidade da ampliação do investimento da iniciativa privada no financiamento de obras infraestruturais:

> "Como é improvável que o governo possa usar novos tributos para financiar os gastos em infra-estrutura – a rejeição do Senado ao final de 2007 à extensão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) é um forte indicador do ânimo da sociedade para aceitar novos impostos –, o corolário é a clara limitação da expansão daqueles gastos pela administração direta.5 Ao mesmo tempo, as restrições enfrentadas pelas empresas do setor público, federais e estaduais, no sentido de ampliar rapidamente sua geração de caixa com base em elevação de tarifas (e redução de custos) – com a possível exceção da Petrobras, cujos investimentos na sua maior parcela *não* estão direcionados para infra-estrutura*stricto sensu* – se traduzem

> igualmente em orçamentos de investimento limitados."(FRISCHTAK, 2008, p.311)

A priorização de ganhos de curto e médio prazo, aproveitando o bom momento do setor siderúrgico, de mineração e agroexportador, apresenta uma importante questão. Até que ponto é preferível a especialização em setores de baixo valor agregado, em detrimento de um investimento massivo no desenvolvimento tecnológico no âmbito industrial?

2.3) A CAPACIDADE TECNOLÓGICA

Observando os países Membros do CSNU e os BRICs, constatamos que todos possuem programas espaciais ativos, tendo obtido a capacidade de construção e lançamento de satélites. Enquanto isso, o Brasil mantém um programa espacial inócuo, sem o investimento necessário para a manutenção e expansão do Programa Espacial Brasileiro. Há a carência de recursos humanos, escassos devido à ausência da realização de concursos públicos para o preenchimento dos postos de trabalho e pela baixa remuneração, como divulgado em recente matéria do Valor Econômico:

> "A recomposição do quadro de profissionais para o programa espacial brasileiro é uma promessa antiga do governo, mas a falta de uma ação mais efetiva tem provocado uma perda sistemática de recursos humanos no setor, situação que vem piorando com a elevação da faixa etária dos pesquisadores.
>
> "Se não houver uma decisão neste ano, as nossas projeções indicam que em 2020 o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) estará próximo de uma situação de colapso, reduzido a 26% do efetivo que possuía em 1994", diz o diretor do órgão, brigadeiro Ailton dos Santos Pohlmann. Segundo ele, a média de idade dos pesquisadores do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), responsável pelos principais projetos espaciais do país na área de foguetes, é superior a 50 anos.
>
> A perda de cérebros no programa espacial é crescente e com a demora em abrir um novo concurso a situação só tende a piorar. "A grande dificuldade daqui para a frente será treinar o pessoal novo, pois os que detêm o conhecimento, adquirido em mais de 20 anos de trabalho e estudos, já terão saído", alerta o presidente da Associação Aeroespacial Brasileira (AAB), Paulo Moraes Jr." (VALOR ONLINE, 2012)

1- São líderes na produção de softwares, computadores e materiais de alto valor agregado, sendo exportadores e grandes consumidores dos mesmos.

2- Todos investem significativo percentual do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento, tendo o reconhecimento de suas instituições de ensino e pesquisa no âmbito global.

3- São grandes investidores na educação, priorizando áreas de interesse nacional, com grande potencial de "transbordamento tecnológico" (o próprio programa espacial é um exemplo).

4- Segundo o índice de desenvolvimento tecnológico da ONU, o Brasil ocupa somente a 60ª posição, atrás de países como Argentina e Chile:

Fonte: SENADO/EM DISCUSSÃO

Performance ruim entre 159 países observados

Índice da ONU mede nível de desenvolvimento das tecnologias de informação

País	Posição	Índice
Suécia	1º	7,85
Coreia do Sul	3º	7,68
Holanda	5º	7,37
Japão	8º	7,12
Reino Unido	10º	7,07
Alemanha	13º	6,95
França	18º	6,55
Estados Unidos	19º	6,54
Espanha	25º	6,27
Portugal	32º	5,77
Rússia	48º	4,54
Argentina	49º	4,38
Chile	54º	4,20
Brasil	60º	3,81
México	77º	3,25
China	79º	3,23
Índia	117º	1,75

Figura 10 – Índice de Desenvolvimento Tecnológico da ONU

5- O País ocupa, atualmente, a 15ª posição no ranking de publicações de artigos científicos e a 28ª posição no ranking de registro de patentes. Se considerarmos a quantidade de citações desses artigos científicos (ou seja, a aceitação e reprodução do conhecimento expresso nos artigos por outrem, medido pelo "índice de impacto" dessas obras científicas) o Brasil cai da 15ª posição para a 20ª, denotando que, mais do que a quantidade, há uma carência na qualidade das obras. Segundo Roberto Nicolsky:

> "Mas não é só a quantidade de papers que interessa. A qualidade desses artigos é avaliada pelo índice de citações por outros artigos, o chamado índice de impacto. Vemos, então, que a nossa posição cai para o 20º lugar, o que indica que os nossos artigos têm menos impacto internacional do que a média mundial. O estudo The ScientificImpactofNations, publicado em 2004 pela prestigiosa revista Nature, mostra que, entre 1993-97 e 1997-2001, as citações a artigos brasileiros aumentaram 31%, contra 64% dos artigos da China e 98% da Coréia. E o crescimento dos "top 1%" (o 1% superior dos artigos mais citados) foi de 72% para o Brasil, contra 125% da China e 179% da Coréia. Ou seja, a China e, especialmente, a Coréia não só aumentaram muito mais do que nós a produção de artigos, mas principalmente a sua qualidade."(NICOLSKY, 2006,p.1)

É igualmente importante mensurar a capacidade "inventiva" das instituições e indivíduos brasileiros. O quão capazes são de inovar e criar novos produtos e técnicas?

Fonte: WIPO
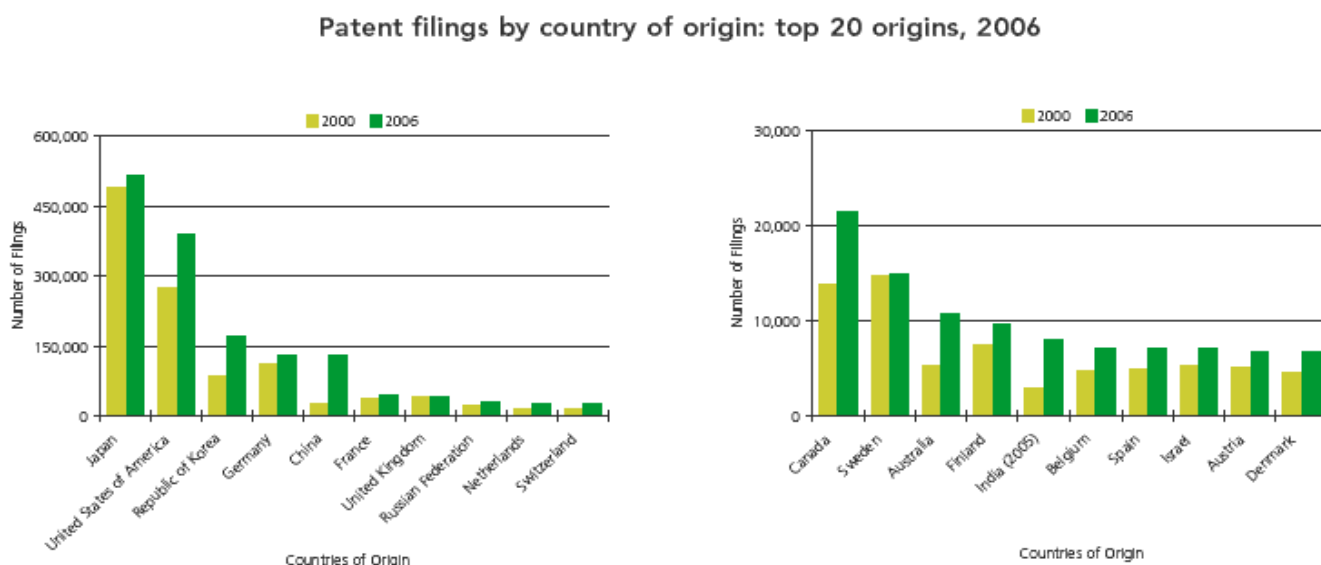
Figura 11 – Os Principais Países de Origem para o Registro de Patentes

Novamente, a situação é desanimadora. Segundo a Organização Internacional de Propriedade Intelectual (WIPO, acrônimo em inglês), o País sequer figura entre as vinte maiores origens de registro de patentes no mundo. Isso corrobora com a opinião de que a evolução tecnológica do Brasil está em um processo muito aquém de suas ambições como possível hegemonia regional e internacional.

Portanto, através da apresentação do atual cenário político, militar e tecnológico, juntamente com a possibilidade da volatilização da economia através da possível desindustrialização e dependência do mercado internacional de *commodities*, o atual momento face às ações do Estado brasileiro não permite a rápida ascensão brasileira ao *status* de Potência Mundial, dificultando também a consolidação do País como um líder regional plenipotenciário.

2.4) A INCAPACIDADE BRASILEIRA NO EXERCÍCIO DA LIDERANÇA ATRAVÉS DE *HARD POWER*

Finalmente, a exposição da atual situação brasileira frente aos desafios impostos para a edificação de um processo de Liderança Regional é clara: não há, no atual momento econômico-militar-tecnológico, a plena capacidade do exercício do poder regional através das premissas de *hard power*.

O processo de ascensão ao posto de Potência Mundial, juntamente com a consolidação da liderança regional, exige uma série de responsabilidades que, em um panorama realista, não podem ser assumidas pelo Estado brasileiro. A manutenção da estabilidade, da paz e da segurança regional são condições fundamentais para a confirmação do *status* almejado pelo Brasil. De acordo com Hedley Bull:

> *"(…)Third, great powers are powers recognised by others to have, and conceived by their own leaders and peoples to have, certain special rights and duties. Great powers, for example, assert the right, and are accorded the right, to play a part in determining issues that affect the peace and security of the international system as a whole."*(BULL,1977, p.196)

Sendo assim, a consolidação de um processo no qual a liderança seria a consequência do reconhecimento de um Estado incontestavelmente poderoso, com a conquista de tal *status* através do temor e respeito ao poderio geopolítico brasileiro na região não pode ser confirmada.

O modelo clássico, do transbordamento dos interesses brasileiros para além de sua fronteira, através da dissuasão econômica e militar, não poderá ser considerado uma alternativa viável para a edificação e manutenção da hegemonia regional. Para tal, se faz necessário o estudo de alternativas, como a aproximação de Estados fronteiriços através da cooperação em áreas que gerem benefícios mútuos.

Como veremos no próximo capítulo, a condução de um processo de cooperação em Segurança e Defesa é uma alternativa viável, de grande impacto e que, caso realizado de maneira favorável ao Brasil, poderá contribuir para a tão almejada liderança regional e para o aumento da representatividade global.

3) A COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA

Reconhecidamente, podemos enumerar diversas vertentes de uma possível Cooperação multilateral em Segurança e Defesa. As principais maneiras do estabelecimento prático de tal cenário cooperativo são: i) a cooperação policial, em ações conjuntas para a punição a ilícitos transfronteiriços; ii) a cooperação industrial e tecnológica, com o intuito do desenvolvimento de uma Base Industrial de Segurança e Defesa regional; iii) A cooperação militar, através de regimes de aquisição coletiva, adestramento conjunto de tropas, patrulhamento de áreas sensíveis do território e investimento na uniformização e (relativa) unificação das Forças.

Para efeito prático, o capítulo terá a função de explicar como cada uma das vertentes expostas poderia se consolidar, exaltando tanto as vantagens quanto os pré-requisitos necessários para a efetivação de tais ações. Posteriormente, haverá a constatação de que maneira as já citadas opções poderão beneficiar o Brasil futuramente.

3.1) A COOPERAÇÃO POLICIAL

A cooperação policial entre os países participantes, certamente seria de vital importância para o cenário proposto. Observemos a relação do Estado com os demais países limítrofes: qual seria a vantagem objetiva, por parte do Brasil, para o estabelecimento de um processo de integração regional em Segurança e Defesa? A referida cooperação aumentaria o poder de influência brasileiro na região?

Primeiramente, devemos rememorar que os problemas que tangem a segurança e defesa são supranacionais e atingem a Região em uma amplitude transfronteiriça. Um exemplo claro é o narcotráfico e a narcoguerrilha. A análise *in loco* da questão do narcotráfico evidencia que os países Latino-Americanos são permeados por essa atividade, através das cadeias produtiva, logística e de consumo. Segundo relatório da Polícia Federal, apresentado ao senado, eis o panorama do tráfico de drogas no Brasil:

> "O diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal (PF), delegado Oslain Campos de Santana, apresentou aos senadores na quinta-feira (14) um detalhado mapa contendo informações sobre as rotas do tráfico de drogas e o monitoramento das fronteiras brasileiras; estatísticas sobre o consumo de drogas; e um rol de estratégias da PF para enfrentar o comércio ilegal de entorpecentes.(...)
>
> (...) Entre os dados estatísticos levados ao conhecimento dos senadores está o de que 2,6% dos brasileiros entre 15 e 64 anos consomem maconha, produzida principalmente no Paraguai e nos estados brasileiros de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará.
>
> Os consumidores de cocaína representam entre 0,7% e 1% da população, mas o grupo está crescendo ao contrário daquele que consome de maconha. A cocaína e o crack vêm da Bolívia, do Peru e da Colômbia." (SENADO ONLINE, 2011)

A problemática do tráfico de drogas internacional se apresenta, seja pela permeabilidade fronteiriça dos países da região, seja pela falta de articulação interestatal, como um dos principais problemas da Segurança da América do Sul. Os principais produtores e exportadores mundiais de cocaína, nomeadamente Colômbia e Peru, contribuem decisivamente para a instabilidade da região, com a edificação de movimentos armados (com forte presença coercitiva), que inibem a ação estatal.

A inoperância e debilidade das autoridades competentes em certos territórios, como o Paraguai, as regiões amazônicas do Peru e Brasil e a Tríplice Fronteira, exemplificam as dificuldades tangentes ao combate ao tráfico de drogas e armas. Como já mencionado

anteriormente, os “fluxos de comércio”, juntamente com a relação de oferta e demanda, internacionalizaram a violência e os diversos problemas advindos de tais atividades ilícitas. Portanto, para a devida contenção da escalada da violência (e também da “contaminação” dos agentes públicos, que estão sujeitos aos assédios corruptivos provenientes dos beneficiados por tais atividades) a cooperação concernentes aos Órgãos de Segurança se faz necessária.

Recentemente, constatando a importância de uma política regional para o combate aos ilícitos supracitados, o Departamento de Estado americano divulgou relatório que expõe o panorama da América do Sul, ressaltando sua relevância para a manutenção de complexa cadeia global de distribuição de entorpecentes. Segundo reportagem da revista Exame:

> “Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai seguem sendo países estratégicos na distribuição de drogas de outras partes da América do Sul com destino à Europa e América do Norte, enquanto que o Brasil se transformou no principal consumidor na América do Sul, conforme o governo dos Estados Unidos.(...)O Brasil não só é o maior país da América do Sul, mas também tem a costa mais extensa do continente e isto "o transforma em uma rota de passagem inevitável para o contrabando de narcóticos rumo a Europa, África e em menor quantidade aos Estados Unidos", segundo o relatório. "O Brasil é o maior consumidor de drogas na América do Sul e o consumo segue crescendo" assinalou o estudo acrescentando que segundo um relatório das Nações Unidas, o país tem 900 mil consumidores de cocaína.
>
> O Departamento de Estado indicou que o Brasil, que se está transformando em uma fonte potencial dos compostos químicos precursores para a produção de cocaína, também está aberto ao trânsito de pequenos aviões da Colômbia e Peru com destino a Venezuela e Suriname. "Paraguai continua sendo o maior fornecedor de maconha para o Brasil, embora se cultiva maconha no nordeste brasileiro para consumo local", acrescenta o documento. Os produtos de cocaína entram no Brasil por rotas terrestres, pelos rios e em aviões que chegam da Bolívia, Peru e Colômbia em rota à África e Europa ou Estados Unidos.
>
> O relatório assinalou que apesar da Argentina não ser um produtor significativo de narcóticos, continua sendo uma importante rota para o trânsito da cocaína produzida nos países andinos e é o segundo maior mercado sul-americano para essa droga. (...)Em paralelo, no ano passado, o governo dos Estados Unidos tirou o Paraguai da lista dos países que são os maiores produtores e lugares de passagem de drogas ilegais, mas o relatório desta quinta-feira assinala que a maconha paraguaia se distribui no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, mas não nos Estados Unidos.” (REVISTA EXAME ONLINE,2011)

Assim, a América do Sul se torna “peça-chave” para a manutenção de um panorama amplamente favorável à perpetuação de tais atos ilícitos, atraindo atenção para a região e elevando a preocupação em escala mundial. Com a possibilidade de contestar a eficácia das ações públicas para o combate às atividades prejudiciais à saúde e segurança de seus nacionais, a incapacidade poderá ocasionar uma maior disposição de intervenção externa direta. Essa intervenção, já presenciada na Colômbia, poderá denotar uma estratégia de dominação e subserviência, aumentando o nível da desconfiança intra-regional e afastando as possibilidades de acordos regionais em Segurança e Defesa.

Portanto, acerca da viabilidade de acordos de cooperação policial, haverá a necessidade de estipular uma regulamentação específica para tal. A uniformização das responsabilidades de cada órgão, com a atribuição de regras de engajamento e um aparato legal específico, consensualmente acordado e universalmente aplicado, deverá guiar qualquer ação nesse sentido.

Objetivando resultados práticos e em curto prazo, a maior interação entre as Forças de Segurança se faz necessária. A criação, por exemplo, de um banco de dados conjunto, o qual possibilitaria rápido acesso aos serviços de inteligência policial dos diversos estados, contribuiria para o melhor mapeamento e vigilância das rotas de comércio de ilícitos. Atualmente, a Polícia Federal mantém, por exemplo, um sistema de informações que, através da análise química dos compostos da cocaína, pode determinar as rotas pelas quais foram provenientes as drogas apreendidas. Segundo reportagem da Revista Galileu:

> “A Polícia Federal do Brasil utiliza análises químicas para determinar as rotas usadas pelos traficantes de cocaína para entrar com a droga no País. O órgão está agora compilando o banco de dados mais abrangente das impressões digitais químicas de drogas ilícitas na América do Sul, que será usado para identificar onde a cocaína é produzida originalmente **(...)**A cocaína geralmente chega ao Brasil por meio dos nossos vizinhos do Norte: a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Mas a análise química de 112 apreensões em quatro Estados brasileiros em 2006 sugere que a droga também está começando a chegar do Paraguai. A PF chegou a essa conclusão após comparar a cocaína apreendida no norte do Amazonas e Rondônia com o perfil químico das amostras coletadas no Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com o Paraguai.

> A equipe de Jorge Zacca, do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, examinou os compostos da cocaína apreendida chamados de alcalóides menores, que são encontrados nas folhas da planta da coca. Os alcalóides sofrem uma mudança sutil, dependendo da espécie de coca, onde foi cultivada, a idade da cocaína e como ela foi armazenada. A equipe também analisou os solventes presentes na droga, como um resíduo do processo de purificação. "A técnica é muito eficaz para ligar a droga aos traficantes", afirmou Zacca.
>
> A técnica, no entanto, não é capaz de revelar a origem geográfica da droga, portanto é impossível saber se a cocaína foi produzida no Paraguai ou apenas transportadas por novas rotas que passam pelo país. A identificação geográfica é impossível porque não há banco de dados global na América do Sul para comparar as "assinaturas" químicas das drogas apreendidas com amostras de origem conhecida." (GALILEU ONLINE, 2010)

Outra importante vertente é o da coordenação das ações em áreas de "limbo" jurisdicional. A coordenação das ações, mesmo que reafirmando os preceitos da inviolabilidade territorial, ocasionariam um ganho de eficácia. Como exemplo, em uma situação hipotética na qual haja a tentativa de prisão de um indivíduo e o mesmo fuja para outro país, haverá a coordenação de esforços para que o Estado receptor não mantenha o referido infrator em um panorama de impunidade.

3.2) A COOPERAÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA

A coordenação e ampliação de uma base industrial de Segurança e Defesa comum são de vital importância para a manutenção da estabilidade e autonomia regionais. A produção, manutenção, pesquisa e desenvolvimento de material bélico constituem um importante fator coercitivo e de independência.

A região, historicamente consumidora de obsoletos excedentes da máquina de guerra das Grandes Potências, periodicamente é prejudicada pelo sucateamento dos meios, pela dependência do mercado externo para a manutenção e aquisição de componentes, e, principalmente, pela sujeição da manutenção de seu aparato de Defesa à vontade de tais Potências. Caso não optassem por fornecer tais materiais, o ônus da insegurança seria arcado única e exclusivamente pelo Estado dependente.

Através de muitos esforços para o fomento e pleno desenvolvimento de um parque industrial relativamente autônomo, o qual se sujeitou aos mais graves períodos de crise

econômica e, atualmente, presencia o renascimento das iniciativas e da demanda, a “próxima fronteira” para a indústria bélica regional é a integração. Tal integração é prevista na Estratégia Nacional de Defesa, em seu 18° preceito:

> “18.Estimular a integração da América do Sul.
> Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países avança-se rumo à construção da unidade sul-americana. O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região.”

Portanto, é expresso o caráter regionalista que deverá permear as ações brasileiras no desenvolvimento de seu parque industrial. Essa relação de complementariedade dos parques, aproveitando as vantagens tecnológicas, fiscais e de capacidade produtiva, estimulará o pleno desenvolvimento da indústria nacional.

Inegavelmente, o Brasil é o país que possui o parque industrial bélico mais estável e desenvolvido entre os demais abarcados nesse estudo. Por isso, deverá aproveitar o caráter hegemônico para a promoção de um cenário cooperativo que, em consenso com os demais países, conceda benefícios à produção e aquisição de material bélico de procedência intra-bloco. Uma boa alternativa é a concessão de vantagens específicas para o setor, como benefícios fiscais e prioridade em licitações. Como exemplo da adoção de tal alternativa é a Lei Nº 12598/2012, que estabelece dois conceitos fundamentalmente importantes para os incentivos ao desenvolvimento da base industrial: O PED e a EED.

O PED, segundo a referida Lei:

> “II - Produto Estratégico de Defesa - PED - todo Prode que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como:
>
> a) recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais;

> b) serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
>
> c) equipamentos e serviços técnicos especializados para as áreas de informação e de inteligência;"

A EED, segundo a Lei:

> "IV - Empresa Estratégica de Defesa - EED - toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições:
>
> a) ter como finalidade, em seu objeto social, a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação dos serviços referidos no art. 10, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de PED no País, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais supracitadas;
>
> b) ter no País a sede, a sua administração e o estabelecimento industrial, equiparado a industrial ou prestador de serviço;
>
> c) dispor, no País, de comprovado conhecimento científico ou tecnológico próprio ou complementado por acordos de parceria com Instituição Científica e Tecnológica para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, relacionado à atividade desenvolvida, observado o disposto no inciso X do caput;
>
> d) assegurar, em seus atos constitutivos ou nos atos de seu controlador direto ou indireto, que o conjunto de sócios ou acionistas e grupos de sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembleia geral número de votos superior a 2/3 (dois terços) do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes; e
>
> e) assegurar a continuidade produtiva no País;"

Sendo assim, a adoção de um regime legal semelhante para um processo de cooperação regional poderá assegurar o bom desenvolvimento das indústrias locais, com óbvio benefício ao maior produtor de equipamento de tal natureza (no caso, o Brasil).

A regionalização dos aparatos bélicos das forças envolvidas (muitos dos quais utilizados atualmente presenciam o irreversível final de sua vida útil) poderá iniciar um ciclo de produção para fins de substituição, aumentando a receita de tais indústrias estratégicas.

Atualmente, podemos salientar três iniciativas que corroboram com o supracitado: O projeto da Aeronave de Transporte KC-390, da viatura binacional Gaúcho e a venda da viatura Agrale Marruá para as Forças Armadas argentinas. Enquanto o projeto aeronáutico objetiva a substituição das aeronaves de transporte atualmente utilizadas mundialmente, com claro foco na permuta dos Hércules C-130, o segundo projeto prevê a adoção de viatura leve e aerotransportável pelos Exércitos de Brasil e Argentina.

Sobre o KC-390, a Embraer recentemente assinou acordo com a FAdeA (*Fabrica Argentina de Aviones)*, prevendo a produção, em território argentino, de componentes para a aeronave. De acordo com informações da própria Embraer:

> "A Embraer Defesa e Segurança e a empresa argentina FAdeA assinaram hoje contrato de parceria para o programa KC-390. (...) Por meio do acordo, a FAdeA fabricará os spoilers (superfícies móveis de controle de sustentação na asa), portas do trem de pouso do nariz, porta da rampa, carenagens dos flapes, cone de cauda e armário eletrônico. *"A participação da FAdeA no Programa KC-390 fortalece a cooperação entre as bases tecnológicas e industriais de defesa de ambos os países, em estreito alinhamento com a Estratégia Nacional de Defesa (END)",* disse Luiz Carlos Aguiar, Presidente da Embraer Defesa e Segurança. Este acordo é conseqüência da Declaração de Intenções assinada entre os Ministérios da Defesa do Brasil e da Argentina, em outubro de 2010, que reforça em seu escopo o compromisso de aquisição de seis aeronaves KC-390 pelo governo argentino. (...) *"Este acordo aproxima os pólos aeronáuticos de ambos países e abre excelentes possibilidades para a recém-recuperada empresa argentina e para o incremento da relação comercial ente os dois maiores países da região",* disse Jaime Saiegh, Presidente de FAdeA." (EMBRAER ONLINE, 2011)

Tal modelo de cooperação demonstra uma importante iniciativa, que possui em seu caráter constitutivo a ação em duas vertentes: tanto há a edificação de um processo inter-empresas, como há a participação ativa dos Estados como fomentadores de parcerias entre ambas as indústrias. Essa ação, considerada particularmente um modelo ideal, ao mesmo tempo denota a disposição binacional na construção de processos semelhantes (já que há intenção expressa, por

ambos os Estados, de cooperação), como permite a flexibilidade necessária para as duas empresas conduzirem e estipularem a forma ideal da parceria proposta.

Em relação ao projeto da "Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável" (Gaúcho), há uma série de controvérsias acerca de seu desenvolvimento. Primeiramente, o projeto foi conduzido, desde 2004, em caráter binacional, entre Brasil e Argentina. Os órgãos responsáveis são diretamente subordinados às Forças Armadas, que contribuiriam com seus respectivos centros de excelência na produção do veículo (no Brasil, figura representada pelo CTEX – Centro Tecnológico do Exército).

Paralelamente, o Exército Brasileiro desenvolve outro projeto similar: a viatura Chivunk. O Chivunk, concebido por empresa especializada na área de projeto de veículos militares, a COLUMBUS S.A, demonstrou ser amplamente superior ao Gaúcho. Suas avaliações exaltaram reincidentemente suas qualidades em relação ao seu congênere, suscitando dúvidas sobre a real intenção quanto à eficácia do acordo binacional. Segundo Expedito Bastos, pesquisador da Universidade Federal de Juiz de Fora:

> "Após um longo período de duros testes realizados pelo Centro de Avaliações do Exército – CAEx, no Rio de Janeiro, foi em 26 de janeiro de 2012, assinada a portaria de Homologação do Chivunk, o que sem dúvida foi um grande mérito de seus idealizadores, provando ser bem superior e muito mais viável do que o GAÚCHO, aquele projeto binacional que se arrasta até o momento, visto que como última tentativa em salvar aquele projeto foi contratada a própria Columbus para sanar suas deficiências." (BASTOS, 2012, p.3)

Figura 12 – Chivunk e Gaúcho

Portanto, o projeto binacional transmite a sensação de ser simplesmente político, sem reconhecer as notórias vantagens técnicas da viatura nacional em relação ao Gaúcho. O projeto, em desenvolvimento há oito anos, demonstra deficiências que seriam mais facilmente sanadas caso houvesse a desistência do projeto e a adoção do Chivunk. O fato é que a Argentina está muito mais interessada nessa parceria do que o Brasil, pois o Gaúcho foi majoritariamente desenvolvido em seu país e não há alternativa, como no caso brasileiro.

Por fim, observamos o exemplo da exportação da Viatura Agrale Marruá, de projeto e fabricação nacional. O governo argentino adquiriu, recentemente, um razoável número de viaturas que equipam, atualmente, o Exército e o Corpo de Fuzileiros Navais locais. Com a montagem sendo feita em território argentino, em plantas da AGRALE no país, o exemplo se configura em uma ação claramente benéfica ao Brasil, o qual obtém vantagens duplamente (tanto acerca das receitas destinadas à empresa nacional, quanto pelo monopólio da tecnologia empregada). Segundo o periódico Plano Brasil, especializado em assuntos de Segurança e Defesa:

> “O Governo Argentino divulgou que abriu nova licitação para compra de mais 43 veículos Agrale Marruá de diferentes versões para equipar as forças de paz que se encontram no Haiti. Estes veículos irão reforçar a frota de 36 veículos comprados anteriormente para o Exército e IMARA(Corpo de Fuzileiros Navais).
> Estes veículos estão deixando uma boa impressão nas Forças Armadas da Argentina e muito se tem falado sobre seu desempenho. Aos poucos, o Marruá substituirá os veteranos Mercedes Benz MB230 em ambas as forças.
> O Marruá é destacado pela sua simplicidade, força e resistência, com isso acabou se adaptando perfeitamente no difícil ambiente argentino. Outro fator positivo é a sua compatibilidade com o veículo Gaúcho, desenvolvido em conjunto entre brasileiros e argentinos.” (PLANO BRASIL, 2009)

Consequentemente, a Argentina se beneficia por poder contar com a produção local, reaquecendo seu parque fabril e gerando emprego e renda para seus trabalhadores. A *expertise* proveniente da atividade de montagem de equipamento militar poderá, também, contribuir para

futuros projetos em conjunto, bem como para a adoção de outros equipamentos já produzidos ou projetados para as Forças Armadas brasileiras.

Fonte: Areamilitar.net

Figura 13 – Agrale Marruá

Um caso que vem atraindo significante interesse por parte do governo argentino é o projeto Iveco Guarani. Trata-se de um VBTP (Veículo Blindado de Transporte de Pessoal) anfíbio, escolhido pelas forças armadas brasileiras para substituir os diversos exemplares de blindados da antiga ENGESA (Engenheiros Especializados S.A, indústria bélica fechada durante a década de 1990), como o Urutu e o Cascavel.

Apesar de a empresa escolhida ser de origem Italiana, o projeto está sendo desenvolvido em conjunto com as Forças Armadas, que disporão de liberdade para propor e efetuar alterações, com o intuito de satisfazer seus requisitos operacionais. Também contará com alto índice de nacionalização, com uma cadeia de fornecedores estimada em 110 empresas (de forma direta) e mais de 600 empresas (de forma indireta). De acordo com notícia divulgada no periódico de defesa Forças Terrestres:

> “O Exército Brasileiro e a Iveco Latin America assinaram hoje, 18 de dezembro, acordo para a construção de 2.044 unidades do modelo base da nova família de Veículos Blindados para o Transporte de Pessoal Médio Sobre Rodas (VBTP-MR). Os veículos substituirão os antigos modelos Urutu hoje utilizados pelas Forças Armadas brasileiras. O contrato tem valor previsto de R$ 6 bilhões em 20 anos.
>
> A fabricação do lote de 2.044 unidades tem início previsto para 2012, com término em 2.030. A produção dos modelos acontecerá no Brasil, com alto índice de conteúdo local, o que contribuirá para desenvolver a indústria de defesa nacional. A responsabilidade pela produção será da Iveco. A cadeia produtiva deverá envolver, no País, cerca de 110

> fornecedores diretos e até 600 fornecedores indiretos.” (Forças Terrestres, 2009)

O governo argentino negocia, atualmente, a compra de 14 exemplares do Blindado Guarani. Produzidos no Brasil, esse seria o primeiro caso de exportação de tal veículo. Os ganhos obtidos pela efetivação de tal negociação seriam consideráveis, tendo em vista que, desde o colapso da ENGESA em meados dos anos 1990, o Brasil deixou de ser um grande exportador de veículos blindados (com a devida exceção feita ao Avibrás AV-VBL, exportado para a Malásia). Segundo Roberto Caiafa, jornalista do periódico Tecnologia e Defesa:

> “O interesse da Argentina pelos Guaranis surgiu em outubro do ano passado, quando uma delegação de militares daquele país visitou a fábrica da Iveco em Sete Lagoas, Minas Gerais. Na ocasião, os argentinos acompanharam uma demonstração do veículo. Entre os dias 15 e 16 de abril, o ministro Puricelli esteve em Brasília e confirmou ao ministro da Defesa brasileiro, Celso Amorim, a intenção de adquirir os blindados.(...) O valor da venda aos argentinos ainda não foi definido e depende dos equipamentos a serem incluídos no carro, como o canhão. Até agora, a Iveco só fabricou cinco unidades de um lote-piloto de 16 Guaranis para o Exército brasileiro, além do protótipo desenvolvido em 2010. A configuração encomendada pelos militares brasileiros tem valor aproximado de R$ 2,74 milhões por unidade. Se a encomenda argentina for de veículos idênticos, a venda vai somar R$ 38,3 milhões.” (CAIAFA, 2012)

A adoção de um blindado de fabricação nacional por Forças Armadas de um país vizinho se configuraria em um excelente fator contribuinte para a expansão da demanda por esse veículo internacionalmente. Portanto, é estratégica a consolidação do fornecimento de tais blindados à Argentina.

Em outro plano, aquisição de maiores números de veículos poderá influenciar na queda de seu preço, em decorrência de ganhos de escala. É possível, também, o alinhamento das demandas operacionais de ambas as Forças, com o intuito do desenvolvimento de requisitos que possam atender suas exigências e que culminariam com o projeto conjunto de novas versões e alterações, objetivando melhorar a capacidade do cumprimento de suas missões.

Fonte: Blog Iveco

Figura 14 – Iveco Guarani

3.3) Do Planejamento Conjunto e Cooperação Militar:

Os exemplos citados, especialmente concernentes aos veículos Agrale e Iveco, denotam um importante fator que é incipiente na região, mas que se efetivado for, será extremamente útil para o acúmulo e intercambio de conhecimento, para os ganhos de escala e produtividade industriais e para a manutenção de um complexo bélico e tecnológico desenvolvido. Os interesses convergentes dos Estados citados deverão ser utilizados nas discussões acerca da uniformização de meios e doutrinas.

Através do intercâmbio de militares entre os Centros de Formação de Oficiais, bem como do compartilhamento do conhecimento em táticas de guerra e o desenvolvimento de projetos bélicos conjuntos, deverão ser constituídos os princípios fundamentais para o desenvolvimento do processo de cooperação. Como exemplo, podemos notar a presença de militares estrangeiros em Centros de Excelência das Forças Armadas Brasileiras, como no CIGS (Centro de Instrução de Guerra na Selva, do Exército Brasileiro).

> "Ao longo de sua existência, o CIGS tem construído uma imagem de destaque, tanto no Brasil quanto no exterior. Não é à toa, portanto, que, todos esses anos, inúmeros Oficiais e Sargentos das Forças Armadas de nações amigas têm seguido em direção a Manaus para realizar os Cursos de Operações na Selva. (...) Por outro lado, o CIGS, em função da reciprocidade também envia integrantes para cursos em escolas do mesmo escopo em países vizinhos. (...) Nos últimos anos, o intercâmbio tem sido mais positivo em relação ao Exército do Equador, para onde militares brasileiros têm seguido com alguma regularidade para realização dos Cursos de Selva e Tigres. Ambos, ao seu término, proporcionam com atividade conclusiva patrulhas em áreas fronteiriças com a Colômbia nas quais é muito forte a presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCs). Através desse novo

> relacionamento, o CIGS (...) se esforça para buscar o estreitamento dos laços entre os países amazônicos na área de cooperação militar, difundindo a excelência do padrão do guerreiro de selva brasileiro, já que todos são, em suas respectivas porções, parceiros na tarefa de preservação da soberania.” (DEFESANET, 2012).

A importância da discussão acerca da adoção de novas táticas e equipamentos, objetivando a redução de custos e os ganhos de interoperacionalidade, já vêm ocupando um lugar de destaque nas Agendas dos países da região. Dois projetos se destacam, com recentes fóruns de discussão realizados, com objetivos extremamente relevantes: o do esforço conjunto para o compartilhamento de experiências acerca do projeto e construção de Navios de Patrulha e para o projeto e construção de uma Aeronave de Treinamento Básico, que seja adotada pelas Forças Aéreas da América do Sul.

A conferência *Offshore Patrol Vessels - Latin America*, organizada pelo *International Quality and Productivity Center*, buscou estudar os recentes projetos na construção de Embarcações de Patrulha, bem como compartilhar as experiências oriundas em tais projetos.

Contando com a participação de empresas do ramo da construção naval, como a holandesa DAMEN, a britânica BAE e a italiana FINCANTIERI, bem como oficiais das Marinhas dos países da região (como Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, Equador entre outras), a Conferência se configurou em uma importante ferramenta para o compartilhamento do conhecimento adquirido. Através de Palestras e *workshops*, a realização de eventos desse tipo contribuirá, caso haja interesse, para o estreitamento dos laços tecnológicos e produtivos, podendo culminar com o projeto conjunto de embarcações militares.

Caso isso venha a ocorrer, novamente o Brasil ocupará posição de destaque. Contando com uma empresa Estatal de projeto e gestão da produção de meios navais, a EMGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais), reconhecida por ser a gestora da construção das Corvetas da classe Inhaúma, da corveta Barroso, dos submarinos da classe Tupi e dos mais diversos meios navais, além do trabalho realizado para manutenção e modernização das Fragatas Niterói e do Porta-Aviões São Paulo, obterá a vantagem de possuir, em seu *portfolio*, diversas embarcações que podem atender as exigências das Marinhas regionais.

Por já ser possuidora de projetos prontos e testados, poderá adaptar tais embarcações às exigências dos compradores estrangeiros. Como exemplo, podemos notar a exportação do NPa-200 (Navio de Patrulha de 200 toneladas) *Brendan Simbwaye*, classe Grajaú, para a Marinha da Namíbia. Essa exportação, de um produto de uma Empresa brasileira, sendo construído no estaleiro INACE (Indústria Naval do Ceará), destinado a uma Força Naval "amiga", se configurou em uma importante experiência tanto de exportação de um produto nacional quanto para a "plasticidade" do projeto, ou seja, sendo adaptado às exigências do cliente.

Portanto, os esforços de intercâmbio de conhecimento, com um possível futuro projeto conjunto para a construção de embarcações, poderá beneficiar o Brasil. Partindo de uma base tecnológica já conhecida e desenvolvida, poderão ser propostas modificações, com o intuito de satisfazer as exigências das diversas forças. Ainda assim, o país poderá obter ganhos consideráveis pela produção e através de *royalties* advindos do licenciamento da construção para os países pertencentes ao cenário cooperativo (como anteriormente demonstrado, Argentina e Peru dispõem de tal capacidade). Também poderá obter ganhos de escala, "barateando" o preço final do produto e beneficiando sua futura aquisição pela Marinha do Brasil.

Fonte: ALIDE

Figura 15 – NPa 200 "*Brendan Simbwaye*" e a Corveta Barroso

Atualmente, como anteriormente citado, também está em discussão o projeto, produção e adoção de uma Aeronave de Treinamento Básico, visando substituir os antigos aviões de instrução presentes nas Forças Aéreas da região, como os T-25 Universal da Força Aérea Brasileira ou os *Turbo Mentor* argentinos. O projeto, denominado UNASUL I, conduzido pelo CDS (*Consejo de Defensa Suramericano*) órgão vinculado à UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), está avançando, como explicitado em reportagem do periódico DEFESANET:

> "Foi realizado na Argentina na semana de 28 Maio a 1 Junho reuniões com representantes das nações do Conselho de Defesa da UNASUL (Consejo de Defensa Suramericano – CDS). O objetivo foi o de definir e avançar as atividades do Grupo de Trabalho encarregado de avaliar o projeto, desenvolvimento e produção do primeiro avião de treinamento básico Sul-Americano o UNASUL I.
>
> A iniciativa foi definida a na reunião extraordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano, realizada em novembro passado, em Lima, República do Peru, na qual os ministros participantes acordaram incluir no Plano de Ação 2012 o desenvolvimento de trabalhos conjuntos para fortalecer a indústria e tecnologia de defesa regional.O secretário de Planejamento do Ministério da Defesa da Argentina, Mauro Vega, conduziu as reuniões para avançar o grupo de Trabalho do UNSAUL I.Na primeira reunião do Grupo de Trabalho, na cidade de Ascochinga, província de Córdoba, com a presença de representantes dos países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai , Peru, Uruguai e Venezuela. A perspectiva é de definir o anteprojeto de requisitos operacionais do avião de treinamento básico sul-americano, para ser remitido ao Conselho de Defesa da UNASUL." (DEFESANET, 2012).

Portanto, há a demonstração regional de vontade do estabelecimento de laços de cooperação, culminando com a satisfação de seus anseios por equipamento militar com maior grau de independência em relação aos tradicionais fornecedores. Nesse cenário, o Brasil, por contar com a mais desenvolvida indústria aeronáutica da região, deverá assumir papel de liderança na condução de tal projeto.

Através de tal liderança, poderá ser alicerçado a uma posição hegemônica no fornecimento da tecnologia a ser empregada na aeronave. Além da tecnologia, com o parque industrial mais desenvolvido, liderará a cadeia produtiva, sendo fundamental para o fornecimento de componentes mais complexos.

Outra área de cooperação que não deverá ser esquecida é a Espacial. Brasil e Argentina, nos últimos anos, vêm estreitando as relações mútuas, objetivando a construção e lançamento de satélites. Como já mencionado, ambos possuem Programas Espaciais ativos, com o desenvolvimento de tecnologias próprias. Desde o ano de 2007, no qual foi assinado acordo que estipulava uma missão espacial conjunta, ambos se aproximam em tal área.

> "O presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Marco Antonio Raupp, viajou para a Argentina nesta quinta-feira (7), para discutir o acordo de cooperação vigente entre os dois países. Até sexta-feira (8), Raupp participa da reunião de gestores do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (Micba), que acontece em Buenos Aires.
>
> Durante o encontro, que terá participação da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Conae), será apresentado o estágio de desenvolvimento do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação em Alimento, Água e Ambiente–Mar (Sabia-Mar). Também serão discutidas ações futuras em prol da garantia de continuidade desta cooperação.
>
> Em novembro de 2007, Brasil e Argentina assinaram um acordo que propunha uma missão espacial conjunta, que inclui projetar, produzir e lançar um satélite de observação da Terra para pesquisas ambientais e oceânicas. A decisão foi ratificada pelos dois governos em nota conjunta publicada durante a visita da presidenta argentina Cristina Kirchner ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
>
> O Sabia-Mar destina-se à observação dos oceanos – dita cor do oceano (ocean color) – e tem aplicações importantes para o estudo dos ecossistemas oceânicos, ciclo do carbono, mapeamento do habitat marinho e observação costeira." (BRASIL.GOV, Abril de 2011)

A efetivação de tal cooperação poderá, futuramente, culminar com o desenvolvimento conjunto de satélites de "uso misto", ou seja, com a capacidade de aplicação tanto militar quanto civil. O Brasil, atualmente, já desenvolve tal tipo de equipamento, com o programa do Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB), sendo (o desenvolvimento) conduzido pela EMBRAER e Telebrás.

> "(...)O satélite geoestacionário brasileiro é considerado um projeto estratégico para o governo, já que vai atender tanto a demandas de comunicações quanto de defesa nacional. Por cobrir extensas áreas geográficas, o satélite permitirá que os serviços de telecomunicações

> cheguem mesmo a regiões mais isoladas. Por isso, o Ministério das Comunicações vai utilizá-lo no atendimento das metas do Programa Nacional de Banda Larga e no atendimento à zona rural.
> Paulo Bernardo ressaltou que o critério utilizado para a dispensa de licitação foi o de segurança nacional, já que o satélite também será usado pelas Forças Armadas. O custo estimado para a construção do satélite geoestacionário é de 716 milhões de reais e a previsão é que ele seja colocado em órbita em 2014." (PODER AÉREO ONLINE, 2012)

CONCLUSÃO

As possibilidades para a edificação de um processo de cooperação em Segurança e Defesa são abundantes. A "tônica" de tal processo, portanto, deverá objetivar os ganhos absolutos, abrangendo o desenvolvimento do aparato bélico dos Estados expostos, bem como colaborando para a redução dos ilícitos e o aumento da Segurança regional.

O compartilhamento de áreas tão sensíveis de conhecimento e aplicação, como ambas as supracitadas, colaborará para a manutenção da estabilidade regional, arrefecendo possíveis "corridas armamentistas" hostis entre os Estados Sul-Americanos, reorientando seus preceitos de Segurança para um padrão regional de inviolabilidade e dissuasão.

A constituição de um bloco coeso, capaz de projetar sua força e evitar qualquer processo de subserviência, será de fundamental importância para o aumento da relevância de tais Estados no Cenário Internacional. O fortalecimento dos instrumentos de *Hard Power*, sendo tal efeito proveniente diretamente da elevação das capacidades dissuasórias, será fundamental para a reorganização do Sistema Internacional, sendo a América do Sul realocada para uma posição de maior destaque e prestígio.

Em razão de tal elevação de *status*, o Brasil ocupará, como país com maiores capacidades econômicas e tecnológicas, bem como com o maior potencial bélico da região, a liderança incontestável de tal grupo de países. Como efeito de um processo de aproximação ideológica, decorrente da redução da desconfiança mútua em relação aos paradigmas tradicionais presentes em tais áreas, haverá o maior reconhecimento do Estado brasileiro como um interlocutor dos anseios regionais, defendendo os interesses dos demais Estados nos "Centros de Poder Global".

É importante mencionar novamente que a reunião de tais Estados (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), não confere o caráter de exclusividade dos mesmos em relação aos demais. Apenas, visando conferir celeridade e coesão ao processo, foram escolhidos para serem os precursores de um “pacto” de maior abrangência. A reunião de tais Estados, em um cenário cooperativo e de ganhos mútuos, deverá estabelecer um modelo de interação, cooperação e coesão que será adotado e replicado pelos demais Estados Sul-Americanos. Ao observarem a viabilidade de um modelo independentista, não excludente e principalmente, que visa à integração regional e não a secção ou bipolarização, deverão renunciar as suas prerrogativas belicosas, de ameaças intra-regionais, em prol de uma atuação harmônica para com seus “vizinhos congêneres”, contribuindo para o aumento da influência Sul-Americana em um Panorama Global.

Em um cenário de crise global generalizada, no qual as bases econômicas e politicas fundamentais para a manutenção da hegemonia e do *status quo* internacionais estão presenciando fortes dificuldades para a sustentação do caráter hegemônico secular, há a elevação da relevância dos Estados emergentes. O momento, portanto, é mais permissivo a mudanças de esferas de poder do que foi, por exemplo, durante o período Bipolar.

O enfraquecimento dos instrumentos de *Hard Power* das grandes potências hegemônicas, bem como a necessidade das mesmas em contar com os Emergentes para a resolução do período de crise, confere a esse grupo de países uma importância ímpar, nunca antes concedida aos mesmos. É prudente, portanto, repensar a atuação desses Estados, visando um ganho real de relevância no processo decisório mundial.

Portanto, as expectativas brasileiras acerca da assunção de um caráter de líder regional e interlocutor Sul-Americano em um âmbito mundial, com a participação do Estado brasileiro no processo decisório internacional e na principal Balança de Poder Internacional (o Conselho de Segurança das Nações Unidas), serão inegavelmente facilitadas pela organização dos Estados da América do Sul em um processo de cooperação em Segurança e Defesa.

Bibliografia

Livros:

BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Editora UnB/Imprensa Oficial do Estado/IPRI, 2002.

CLARK, Ian. Hegemony and IR theory. Oxford, Oxford University Press, 2011.

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. Introdução às Relações Internacionais. Trad. De Bárbara Duarte. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

MEARSHEIMER, John. The Tragedy of Great Power Politics. New York, WW Norton, 2003.

MAHAN, Alfred Thayer. The Problem of Asia and Its Effect Upon International Policies. Boston: Little,1905.

MORGENTHAU, Hans. A Política Entre as Nações. Brasília, UnB, 2003.

Artigos e Reportagens:

AJUSTES na balança comercial 2009 colocam China como principal parceiro comercial do Brasil. MDIC. Versão Online. Brasília, 14 de Janeiro de 2010. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9560. Acesso em: 14 de Abril de 2012.

ALIANÇA aeroespacial Brasil-Argentina. Desta vez vai? Poder Aéreo. Versão Online. Brasília, 05 de Setembro de 2008. http://www.aereo.jor.br/2008/09/05/alianca-aeroespacial-brasil-argentina-desta-vez-vai/. Acesso em: 13 de abril de 2012

ANÁLISE química mapeia cocaína que chega ao Brasil. Revista Galileu. Versão Online. São Paulo, 29 de Setembro de 2010. Disponível em: http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI175221-17770,00-ANALISE+QUIMICA+MAPEIA+COCAINA+QUE+CHEGA+AO+BRASIL.html Acesso: 04 de Maio de 2012.

ARAÚJO, Glauco. Aquífero na Amazônia pode ser o maior do mundo, dizem geólogos. G1. Versão Online. São Paulo, 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/aquifero-na-amazonia-pode-ser-o-maior-do-mundo-dizem-geologos.html. Acesso: 28 de maio de 2012.

ARGENTINA Compra mais 43 veículos Agrale Marruá. Plano Brasil. Versão Online. Brasil, 23 de Outubro de 2009. Disponível em http://planobrasil.com/2009/12/argentina-compra-mais-43-veiculos-agrale-marrua/. Acesso em: 25 de Maio de 2012.

AVANÇA o Projeto do Treinador Básico UNASUL I. DEFESANET. Versão Online. Brasília, 04 de Junho de 2012. Disponível em:

http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/6317/Avanca-o-Projeto-do-Treinador-Basico-UNASUL-I. Acesso em: 05 de Junho de 2012.

BASTOS, Expedito. Chivunk 4x4 Homologado pelo Exército. UFJF Defesa, Juiz de Fora, 2012.

BORBA, Pedro. Narcotráfico nas Américas. NERINT-UFRGS. Porto Alegre, Setembro de 2009.

BRASIL e Argentina discutem cooperação em assuntos espaciais. Portal Brasil.Versão Online. Brasília, 07 de Abril de 2011. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/07/brasil-e-argentina-discutem-cooperacao-em-assuntos-espaciais. Acesso em: 05 de Junho de 2012.

BRASIL divulga dados irreais de exportação de industrializados. Folha de São Paulo. Versão Online. Brasília, 29 de Setembro de 2011. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1013530-brasil-divulga-dados-irreais-de-exportacao-de-industrializados.shtml. Acesso em: 25 de Maio de2012.

BRASIL é maior consumidor de drogas da América do Sul, diz EUA. Revista Exame. Versão Online. Washington, 03 de Março de 2011. Disponível em: http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/brasil-e-maior-consumidor-de-drogas-da-america-do-sul-diz-eua. Acesso: 17 de Abril de 2012.

CAIAFA, Roberto. PRIMEIRA Exportação dos Guarani. Tecnologia e Defesa. Versão Online. Rio de Janeiro, 17 de Maio de 2012. Disponível em: http://www.tecnodefesa.com.br/materia.php?materia=144. Acessado em: 18 de Maio de 2012.

CARMO, Marcia. Brasil tem a maior carga tributária da América Latina, diz CEPAL. BBC. Versão Online. Buenos Aires, 19 de Maio de 2009. Disponível em : http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/05/090519_cepal_mc_ac.shtml. Acesso em: 23 de Maio de 2012.

CARMO, Marcia. Brasil tem 600 mil imigrantes ilegais, diz entidade. BBC. Buenos Aires, 27 de Março de 2008. Versão Online. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080320_imigracaobrasililegais.shtml. Acesso em: 24 de Maio de 2012.

CENTRO de Instrução de Guerra na Selva. DEFESANET. Versão Online. 03 de Junho de 2012. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/toa/noticia/6275/TOA---Centro-de-Instrucao-de-

Guerra-na-Selva-%E2%80%93-Centro-Coronel-Jorge-Teixeira . Acesso em: 07 de Junho de 2012

COELHO PRADO, Maria Ligia, O Brasil e a Distante América do Sul. São Paulo, Revista de História- Departamento de História-FFLCH/USP, 2001.

EFE e AGÊNCIA DO ESTADO. Uruguai quer reunião com Argentina para discutir questão das papeleiras. O Estado de São Paulo. Versão Online. Montevidéu, 2012. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,uruguai-quer-reuniao-com-argentina-para-discutir-questao-das-papeleiras,540890,0.htm. Acesso: 2 de Junho de 2012.

EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA E FAdeA ASSINAM CONTRATO DE PARCERIA PARA O PROGRAMA KC-390.. EMBRAER. São José dos Campos, 13 de Abril de 2011. Versão Online. Disponível em: http://www.embraer.com/pt-BR/ImprensaEventos/Press-releases/noticias/Paginas/EMBRAER-DEFESA-E-SEGURAN%C3%87A-E-FAdeA.aspx. Acesso em: 12 de Maio de 2012

EXÉRCITO Brasileiro e Iveco assinam contrato de produção da VBTP-MR. Forças Terrestres. Versão Online. 18 de Dezembro de 2009. Disponível em: http://www.forte.jor.br/blindados/exercito-brasileiro-e-iveco-assinam-contrato-de-producao-da-vbtp-mr/. Acessado em: 17 de Maio de 2012.

FARAH JR., Moisés e DOS ANJOS, Maria Anita. [Apostila de Economia Empresarial]. Curitiba, Gazeta do Povo, 2002.

FRISCHTAK, Cláudio. O INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NO BRASIL: HISTÓRICO RECENTE E PERSPECTIVAS. Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA. Rio de Janeiro, Agosto de 2008.

FELLET, João. Cúpula frustra Argentina e expõe ascensão da Colômbia. BBC Brasil. Versão Online. Cartagena, 2012. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/04/120415_cupula_americas_balanco_jf.shtml. Acesso: 20 de Abril de 2012.

GRACIANO TRINTIN, Jaime e ROSSONI, Sandra. Os Anos Dourados do Capitalismo. UNIPAR. Curitiba, 1999.

INKSTER, Nigel. Os Documentos das FARC: Venezuela, Equador e o Arquivo Secreto de ‘Raúl Reyes’. IISS, Londres, 2011.

IQPC OPV. SPONSORS and Exhibitors. Rio de Janeiro, 21 de Maio de 2012. Versão Online. Disponível em: http://www.opvlatinamerica.com/Event.aspx?id=624794. Acesso em: 21 de Maio de 2012

MACKINDER, Halford T. The Geographical Pivot of History, Geographical Journal, n.23, p.421-437, 1904.

MARCONINI, Mário. Mercosul-Chile: Re-Pensando a Relação. Brasil, 2001

MARCHESSINI, Alejo. Entregado el Sexto MIG-29smp a la Fuerza Aérea de Perú. Defensa sur. Lima, 28 de Maio de 2012. Disponível em: http://www.defensasur.com.ar/index.php/america-del-sur/peru/2808-entregado-el-sexto-mig-29smp-a-la-fuerza-aerea-de-peru. Acesso:1 de junho de 2012.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Da confrontação à cooperação: as alterações geopolíticas na América do Sul. Campinas, 2004.

MELLO, Eduardo B. A Nova Política Externa Independente: o Governo Lula e a Inserção Externa Brasileira no século XXI. Porto Alegre, UFRGS, 2009.

Ministros Fecham Plano para Construção de Satélite Brasileiro. Poder Aéreo. Versão Online. [s. l.], 27 de Fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.aereo.jor.br/2012/02/27/ministros-fecham-plano-para-construcao-de-satelite-brasileiro/. Acesso em: 1 de Abril de 2012.

MONTEIRO, Tânia. Relatório sigiloso da Defesa comprova sucateamento do setor militar no País. O Estado de São Paulo. 21 de Novembro de 2011. Versão Online. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,relatorio-sigiloso-da-defesa-comprova-sucateamento-do-setor-militar-no-pais,801276,0.htm. Acesso em 5 de Abril de 2012.

Nogueira e BORGES, Thiago Mendes. A Assim chamada ‘Corrida Armamentista’ e os Conflitos Transnacionais na América Latina. Campinas, FACAMP, [s. n.].

NICOLSKY, Roberto. Tecnologia e a aceleração do crescimento. Portal MEC. Versão Online. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_roberto.pdf. Acesso em: 27 de Abril de 2012.

OSÓRIO, Moreno. Tríplice Fronteira põe América Latina na Guerra contra o Terror. Terra. Versão online. [s. l.], 2010. Disponível em: http://noticias.terra.com.br/mundo/11-de-setembro-10-anos/noticias/0,,oi5300816-ei18316,00-triplice+fronteira+poe+america+latina+na+guerra+contra+o+terror.html. Acesso: 15 de maio de 2012.

PERON, Alcides Eduardo Dos Reis; TAVARES, Aurora Moreira Sampaio; ANTONIOLLI, Bruno Barreto; AMUSQUIVAR, Érika Laurinda; RINALDI, Patrícia

PERU alerta para corrida armamentista com o Chile. ESTADO DE SÃO PAULO. Versão Online. São Paulo, 20 de Fevereiro de 2004. Disponível em: http://www.estadao.com.br/arquivo/mundo/2004/not20040220p25556.htm. Acesso: 18 de Abril de 2012.

POLÍCIA Federal apresenta mapa do tráfico de drogas a Senadores. Agência Senado, 15 de Abril de 2011. Versão Online. Disponível em: http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/04/15/policia-federal-apresenta-mapa-do-trafico-de-drogas-a-senadores. Acessado em 08 de Abril de 2012

PRESIDENTA Sanciona lei que dá incentivos à indústria de defesa. DEFESANET, 25 de Março de 2012. Versão Online. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/5297/Presidenta-sanciona-lei-que-da-incentivos-a-industria-de-defesa. Acesso em: 27 de Março de 2012.

RELATÓRIO sigiloso da Defesa comprova sucateamento do setor militar no País. ESTADO DE SÃO PAULO. Versão Online. Brasília, 21 de Novembro de 2012. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,relatorio-sigiloso-da-defesa-comprova-sucateamento-do-setor-militar-no-pais,801276,0.htm. Acesso em: 01 de Abril de 2012.

RIPPEL, Márcio Pereira. O Plano Colômbia como Instrumento da Política norte-americana para a América Latina e suas Conseqüências. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2004.

ROCHA, Juliana. Novo perfil de exportações fragiliza país. Folha de São Paulo. Versão Online. Brasília, 12 de Julho de 2009. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u593922.shtml. Acesso em: 13 de Maio de 2012.

SILVEIRA, Virgínia. Falta de profissionais ameaça o Programa Espacial Brasileiro. Valor Econômico. Versão Online. São José dos Campos, 05 de Abril de 2012. Disponível em: http://www.valor.com.br/brasil/2603564/falta-de-profissionais-ameaca-o-programa-espacial-brasileiro/. Acesso em: 07 de Abril de 2012.

THATCHER demands Pinochet's release. BBC. Versão Online. Londres, 22 de Outubro de 1998. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/198574.stm. Acesso em: 21 de Abril de 2012.

THATCHER pleads Pinochet's case. BBC. Versão Online. Londres, 06 de Outubro de 1999. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/politics/467114.stm . Acesso em: 21 de Abril de 2012.

URUGUAI quer reunião com Argentina para discutir questão das papeleiras. O ESTADO DE SÃO PAULO. Versão Online. Montevidéu, 20 de Abril de 2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,uruguai-quer-reuniao-com-argentina-para-discutir-questao-das-papeleiras,540890,0.htm . Acesso em : 19 de Maio de 2012.

VALES, Tiago. Operações de paz como incentivo ao profissionalismo

das forças armadas: o caso uruguaio. Meridiano 47 vol. 12, n. 128. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Dezembro de 2011.

WATSON, P. Los cazas mirage 2000 de la fuerza aérea del perú reciben mantenimiento tipo vp5. Defensa Sur. Lima, 2012. Disponível em: http://www.defensasur.com.ar/index.php/america-del-sur/peru/2782-los-cazas-mirage-2000-de-la-fuerza-aerea-del-peru-reciben-mantenimiento-tipo-vp5. Acesso: 26 de maio de 2012

Leis e Decretos:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; Decreto Nº 6.703, de 18 de Dezembro de 2008; ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.

Presidência da República; LEI Nº 12.598, DE 22 DE MARÇO DE 2012; PRODE, PED E EED.

Imagens e Tabelas

Figura 1: Retirada de http://poderbelicobrasil.blogspot.com.br/2008/11/missl-condor.html . Acesso em: 14 de Maio de 2012.

Figura 2: Retirada de http://industriamilitarargentina.blogspot.com.br/2009/10/complejo-industrial-naval-argentino.html . Acesso em: 14 de Maio de 2012.

Figura 3: Retirada de http://www.aviacionargentina.net/foros/temas-de-defensa-generales.11/2880-fadea-ex-fma-hoy.html. Acesso em: 16 de Maio de 2012

Figura 4: Retirada de http://podernavalargentino.blogspot.com.br/2009/05/bomba-dardo-ii.html . Acesso em: 16 de maio de 2012.

Figura 5: Retirada de http://www.defensasur.com.ar/index.php/america-del-sur/peru/2808-entregado-el-sexto-mig-29smp-a-la-fuerza-aerea-de-peru . Aceso em: 16 de Maio de 2012.

Figura 6: Retirada de http://www.defensasur.com.ar/index.php/america-del-sur/peru/2782-los-cazas-mirage-2000-de-la-fuerza-aerea-del-peru-reciben-mantenimiento-tipo-vp5 . Acesso em: 17 de Maio de 2012.

Figuras 7 e 8: Retiradas de http://www.forte.jor.br/2009/04/12/camuflagem-digital-no-peru/ e http://www.forte.jor.br/2010/08/17/marines-peruanos-e-seus-fn-f2000/ . Acesso em: 18 de maio de 2012.

Tabela 1: Retirada de <www.militarypower.com.br/ranking.html> , com Adaptações . Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012.

Tabela 2: Retirada de http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9560 . Acesso em: 27 de Fevereiro de 2012.

Figura 9: Retirada de http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1013530-brasil-divulga-dados-irreais-de-exportacao-de-industrializados.shtml . Acesso em: 1º de Março de 2012.

Tabelas 3 e 4: Retiradas de O INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA NO BRASIL: HISTÓRICO RECENTE E PERSPECTIVAS. Páginas 311 e 312. Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA. Rio de Janeiro, Agosto de 2008. Autor: Cláudio Frischtak.

Figura 10: Retirada de http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/banda-larga/mercado-telecomunicacoes/ranking-tecnologico.aspx . Acesso em 10 de Fevereiro de 2012.

Figura 11: Retirada de http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/wipo_pub_931.html#a13.

Acesso em: 27 de Maio de 2012.

Figura 12: Retirada de http://jeepguerreiro.blogspot.com.br/2011/09/fotos-4-evma-do-cvmarj-parte-i.html . Acesso em 28 de Maio de 2012.

Figura 13: Retirada de http://www.areamilitar.net/directorio/TER.aspx?nn=189&P=5&R=EX#A1 . Acesso em: 18 de Maio de 2012.

Figura 14: Retirada de http://www.blogiveco.com.br/2011/04/iveco-veiculos-de-defesa-sera-criada-no-brasil-com-investimento-de-r75milhoes/ . Acesso em: 19 de Maio de 2012.

Figura 15: Retirada de http://www.alide.com.br/joomla/index.php/capa/85-edicao-47/1456-corveta-barroso-a-aurora-o-quase-fim-e-o-florecer-de-uma-fenix . Acesso em: 04 de Junho de 2012.